



CRB

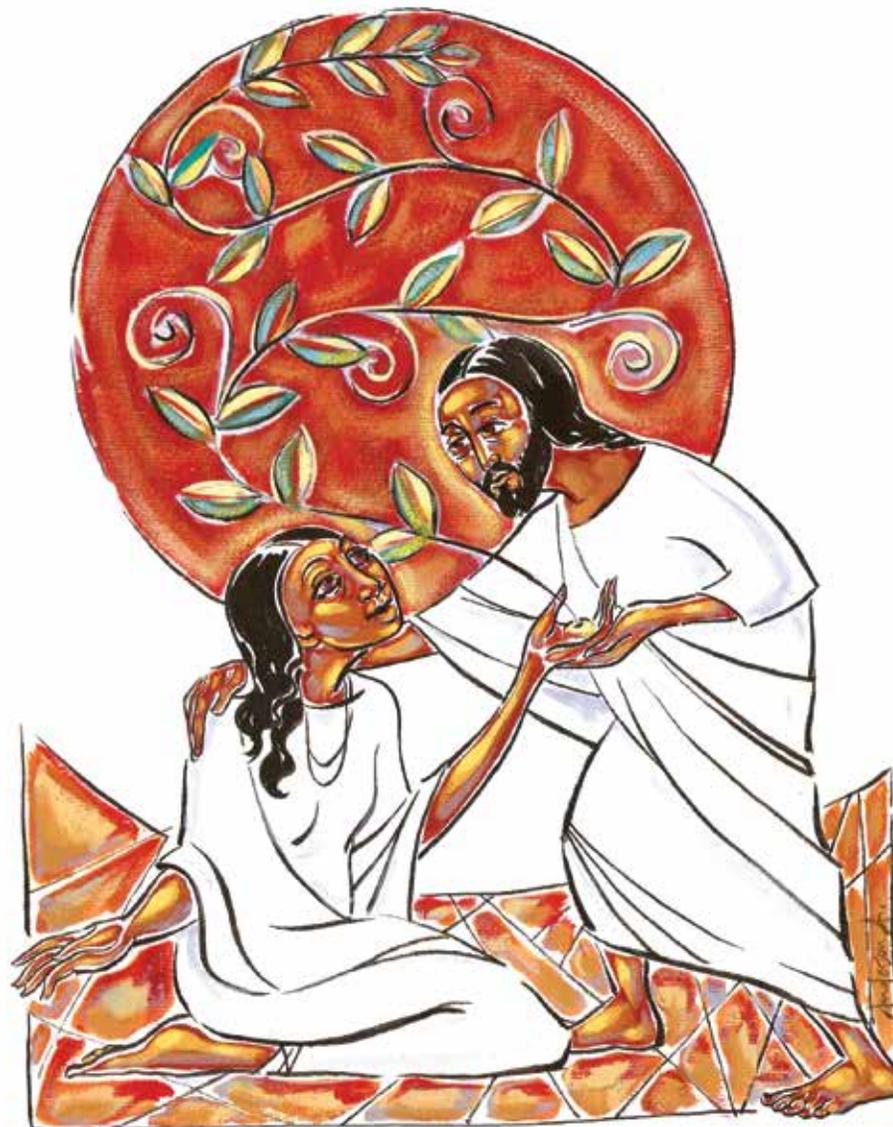
Quadro Programático da CRB 2010-2013

HORIZONTE

Em meio aos grandes desafios do mundo complexo e plural, da realidade da Igreja e da Vida Religiosa Consagrada, a Palavra de Deus nos impulsiona a avançar com os “olhos fixos em Jesus” (Hb 12,1-3), movidos/as pelo Espírito que o consagrou e enviou a anunciar a Boa-Nova (Lc 4,18). Provocados/as por uma nuvem de testemunhas (Hb 12,1), reafirmamos nossa identidade místico-profética e reavivamos a paixão pelo Reino, defendendo e promovendo a vida, assumindo a causa dos empobrecidos e construindo relações humanas, fraternas e solidárias.

PRIORIDADES

1. Redescobrir o sentido profundo da VRC, revitalizando a paixão por Jesus e seu Reino mediante a escuta da Palavra de Deus, a oração encarnada, a contemplação sapiencial da realidade, o compromisso discipular-missionário, a convivência como irmãos e irmãs e a comunhão com toda a criação.
2. Avivar a dimensão profético-missionária da VRC, atuando nas novas periferias e fronteiras, intensificando a opção pelos empobrecidos, e fortalecendo o compromisso com as grandes causas sociais, econômicas, políticas e ambientais.
3. Qualificar as relações na VRC e em seu espaço de inserção, em diálogo com as diferenças pessoais, culturais, étnicas, religiosas, geracionais e de gênero.
4. Ampliar o diálogo com as novas gerações em seus anseios e inquietações, e buscar novas metodologias para a animação vocacional.
5. Aprofundar o conhecimento da realidade juvenil e intensificar a presença e ação junto às juventudes.
6. Buscar maior leveza e agilidade institucional da VRC e ampliar as fronteiras congregacionais por meio da intercongregacionalidade, da partilha do carisma com outras pessoas e grupos de redes e parcerias.



- A vocação do Irmão, referência viva de fraternidade
- Corporeidade e negritude
- Ponto fraco da formação: a formação dos formadores

Sumário

Editorial

Da vocação do Irmão, da formação dos formadores
e da solidariedade para com negros e índios..... 361

Informes

Mbaraka e Takuara, um retrato do Povo Guarani do Mato Grosso do Sul
ELISA MARIA BISOL 365

Declaração final do II Encontro de Irmãos da América Latina e do Caribe
CLAR..... 373

Concepcionistas Missionárias do Ensino: 100 anos no Brasil!
M. PILAR VASCONCELLOS..... 377

Arte e Cultura

Narrativa transmídia
PLUTARCO ALMEIDA..... 380

Artigos

A vocação de Irmão, referência viva de fraternidade
JOSÉ MARIA SOTERAS 385

Corporeidade e negritude: iluminações a partir da Teologia Afro-americana
MAICON DONIZETE ANDRADE SILVA 410

Ponto fraco da formação: a formação dos formadores
GIOVANNI CIPRIANI E SOLANGE DE FÁTIMA DAMIÃO 425



ATENÇÃO, ASSINANTES!

1) NÚMEROS ATRASADOS

Se você é assinante e por acaso não recebeu algum número deste ano de 2012, por favor, entre em contato conosco.

Enviaremos sem custo o seu exemplar!

2) EXEMPLARES EXTRAS 2010, 2011, 2012

Temos todos os exemplares à sua disposição!

Preço: R\$ 9,00.

Faça o seu pedido através do nosso e-mail.

3) RENOVE A SUA ASSINATURA

a) Através do site www.crbnacional.org.br.

b) Via e-mail: convergencia@crbnacional.org.br.

c) Depósito bancário direto (Banco do Brasil, Ag. 1230, c/c 306 934-6)



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL

Ir. Márian Ambrosio, dp

REDATOR RESPONSÁVEL

Pe. Plutarco Almeida, sj

MTb 2122

CONSELHO EDITORIAL:

Ir. Helena Teresinha Rech, sst

Ir. Vera Ivanise Bombonato, fsp

Pe. Cleto Caliman, sdb

Pe. Jaldemir Vitorio, sj

Pe. Roberto Duarte Rosalino, cmf

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

SDS, Bloco H, n. 26, sala 507

Ed. Venâncio II

70393-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3226-5540

Fax: (61) 3225-3409

E-mail: crb@crbnacional.org.br

www.crbnacional.org.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73

Projeto gráfico:

Manuel Rebelato Miramontes

Revisão:

Cirano Dias Pelin

Impressão:

Gráfica de Paulinas Editora

Ilustração da capa:

Ir. Anderson Augusto de Souza Pereira, msc

Os artigos assinados são de responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura anual para 2012: Brasil: R\$ 89,00
Exterior: US\$ 89,00 ou correspondente em R\$ (reais)
Números avulsos: R\$ 8,90 ou US\$ 8,90

Da vocação do Irmão, da formação dos formadores e da solidariedade para com negros e índios

361

EDITORIAL

Gente querida,
Amigos e amigas da *Convergência*,

Cá estamos mais uma vez, “de olhos fixos em Jesus” (Hb 12,1-3), trazendo para vocês textos interessantes sobre os temas mais significativos da Vida Religiosa Consagrada. Esperamos poder, de fato, ajudar os irmãos e as irmãs a reafirmarem a sua “identidade místico-profética e reavivarem a paixão pelo Reino, defendendo e promovendo a vida, assumindo a causa dos empobrecidos e construindo relações humanas fraternas e solidárias” (Quadro Programático da CRB 2010-2013, Horizonte).

No próximo mês de outubro, se Deus permitir, a CRB estará promovendo, em Brasília-DF, o III Seminário Nacional de Irmãos. Segundo a Irmã Márian Ambrosio, idp, nossa presidenta nacional, “os seminários têm sido um espaço importante para o cultivo de valores que nos fazem refletir sobre a realidade complexa em que estamos inseridos, animando nossa identidade específica como irmãos”.

Então, como forma de auxiliar na preparação das comunidades religiosas, e de maneira especial dos Irmãos que provavelmente irão participar desse encontro, publicamos, em primeiro lugar, a Declaração final do II Seminário de Irmãos da América Latina e do Caribe, evento promovido pela CLAR na cidade de Manaus-AM, em março deste ano. Depois, o(a) leitor(a) encontrará o artigo do Irmão José Maria Soterias, biblista e conselheiro-geral do Instituto dos

Irmãos Maristas em Roma, “A vocação do Irmão, referência viva de fraternidade”. O texto é profundo em sua argumentação e corajoso em suas propostas. Ele pode servir de referência ou de subsídio para qualquer reflexão mais aprofundada que se queira fazer a respeito da vocação do Irmão Religioso (válido também para as Religiosas, é claro):

Para muitíssimos de nossos Irmãos, a tarefa secular da educação, da saúde, da hospitalidade tem sido fonte de profunda espiritualidade e entrega a Deus sem ter de recorrer ao exercício de tarefas “eclesiásticas”. Não deveríamos deter a ansiedade por definir áreas ou tarefas próprias e, em troca, redescobrir a transcendência do profano, o sentido sagrado da atividade secular e o caráter “ministerial” de toda profissão vivida no sentido cristão? Vendo desse modo, as tarefas seculares do Irmão Religioso seriam expressões da atividade místico-profética, que Jesus desenvolveu durante seu ministério público e, por isso, teriam um caráter genuinamente “diaconal”, ou, diríamos, uma liturgia cristã.

Dois outros artigos completam esta edição da *Convergência*. O primeiro intitula-se “Corporeidade e negritude: iluminações a partir da Teologia Afro-americana”, e foi escrito por Maicon Donizete Andrade Silva, um jovem Irmão marista, membro da Pastoral Afro. O texto pergunta pelo lugar da teologia nos dias de hoje, e de algum modo ajuda-nos a retomar a discussão acerca da prioridade número três da CRB Nacional para o triênio 2010-2013, que estabelece a necessidade de “qualificar as relações na VRC e em seu espaço de inserção, em diálogo com as diferenças pessoais, culturais, étnicas, religiosas, geracionais e de gênero”. De acordo com o Irmão Maicon,

o contexto plural e diverso em que nos encontramos lança à teologia um desafio: como elaborar um discurso teológico que fale à vida das pessoas a partir de sua própria realidade concreta? Não mais como uma simples reprodução de conceitos elaborados desde a lógica de dominação das classes dominantes, mas respeitando a realidade própria de cada pessoa humana. Por exemplo: como falar de Deus aos povos indígenas e sua relação com a natureza,

aos povos negros e sua luta contra o preconceito e por igualdade e às mulheres marginalizadas e sua luta por dignidade?

Por sua vez, o primeiro Informe do mês de junho está relacionado também com a prioridade número três da nossa Conferência, uma vez que relata a experiência pastoral de uma Religiosa junto aos povos indígenas, especificamente o povo Guarani Kaiowa do Mato Grosso do Sul.

Negros e índios, secularmente oprimidos neste nosso País, estão a merecer ainda a atenção da Vida Religiosa Consagrada. São várias as situações de discriminação e de sofrimento que ainda persistem, e o grito desses nossos irmãos e irmãs, portanto, deveria ecoar em nossos corações e encontrar espaço privilegiado, conseqüentemente, nos projetos de pastoral de todas as Congregações e Institutos.

A prioridade número quatro, assumida pela XXII Assembleia Geral Eletiva da CRB, diz respeito ao diálogo com as novas gerações (NG). Giovanni Cipriani, cp, e Solange de Fátima Damião, crsd, escrevem sobre a urgente necessidade de serem aprimorados os critérios de seleção, no sentido de uma preparação mais cuidadosa de Religiosos e Religiosas que recebem como missão a formação dos(as) jovens que estão entrando agora na Vida Religiosa Consagrada. O título desse artigo escrito a quatro mãos, desde as óticas masculina e feminina, por si só já é bastante provocativo: “Ponto fraco da formação: a formação dos formadores”:

Hoje, também, temos de admitir que o ponto fraco da formação pode residir na formação dos formadores. Sabemos que, no período de formação, há um contínuo alternar-se de formadores: a cada três ou quatro anos muda o formador! Enquanto um Religioso pároco fica no mesmo papel e no mesmo lugar por vários anos! Por que, na formação, temos essa contínua rotatividade? Porque a formação desgasta demais e desgasta, sobretudo, quem não tem uma adequada preparação psicológica, espiritual e missionária, além da carência, muitas vezes, em outras áreas que o campo de formação exige para enfrentar e acompanhar os jovens de hoje.

A seção Arte & Cultura de junho fala sobre a “Narrativa transmídia”, algo novo que está surgindo no cenário das novas tecnologias da informação e da comunicação. E a novidade consiste basicamente em transmitir um mesmo conteúdo através de diversas plataformas. O futuro que já começa a surgir forte e surpreendentemente no horizonte aponta para a convergência das mídias. Isso significa que teremos (em certa medida já temos!) numa mesma tela o

Mbaraka e Takuara. Um retrato do povo Guarani Kaiowa do Mato Grosso do Sul

365

INFORMES

ELISA MARIA BISOL, STS*

Na dança-reza dos Mbaraka

No acampamento Laranjeira Ñanderu os *Mbaraka* (chocalhos) continuam ressoando firmes nas mãos dos *Ava* (homens). Os *Takuara* (tacuara) das *kuña* (mulheres), com seu ritmo insistente a golpear, estremecem a terra e despertam os espíritos que dormem. O *Jeroki* (canto) dos *Ñanderu* (rezador) acompanhados pelas vozes de suas *Takua Jara* (donas das *Takuara*) continuam elevando suas vozes para *Ñande Ruvusu* (Nosso Pai Grande). Os *Jeroki Ñambo'e* (Dança orante) seguem animando a esperança, a luta e o caminhar do povo Guarani Kaiowa na sua busca incansável da *yvy Marane'y* (Terra sem mal).

No entanto, os males da Terra também se levantam fortemente, avançando e atravessando fronteiras, disseminando a destruição, dor e morte. Já não nos resta a *ka'aguy* (mata). Os animais de caça há muito desapareceram, juntamente com as matas. As grandes fazendas foram se impondo, expulsando vorazmente o Guarani Kaiowa de suas terras, de seus *tekoha* (modo de vida), deixando-os reduzidos em pequenas ilhas, confinados em reservas. Os monocultivos de soja e cana alastram-se até perder de vista no horizonte. “Já não se pode beber da água dos nossos rios, já não há peixes, já não podemos sequer tomar banho de rio. O veneno lançado na terra está nos matando” (Relatório Aty-guasú – Grande assembleia – 2012).

*** Elisa Maria Bisol** é religiosa da Congregação das Servas da Santíssima Trindade, pedagoga com especialização em Juventude, missionária indigenista junto ao povo Guarani Kaiowa do Mato Grosso do Sul e membro do CIMI-MS. **Endereço da autora:** Rua Rangel Torres, 1515, Vila Mary, CEP 7931-270, Dourados-MS. **E-mail:** elisasts@hotmail.com.

Um pouco de história

O povo Guarani Kaiowa do Mato Grosso do Sul, segunda maior população indígena do Brasil, com uma população estimada em 45 mil pessoas, herdeiros ancestrais de uma das mais ricas e férteis terras de nosso País, a parte sul do estado do Mato Grosso do Sul, depara-se com uma das mais violentas e desumanas disputas de terra, movida pelos grandes investidores do agronegócio. É a ditadura do dinheiro, que tudo converte em mercadoria e lucro.

Expulso de suas terras, o povo Guarani Kaiowa vem sendo brutalmente violentado em seus direitos. Ao longo das últimas décadas, muitas comunidades Kaiowa perderam a terra onde radicavam suas aldeias, sendo removidos para dentro de oito reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), nos anos de 1915 e 1928. Essas reservas constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não indígenas. Concomitantemente, deu-se o processo de colonização, do presidente Getulio Vargas (1940), criando-se a Colônia Agrícola (Pauletti). Período em que as terras deixaram de ser terras “usadas” para ser terras “tituladas” e “apropriadas”, movidas por políticas de alargamento e de manutenção das fronteiras internacionais nas terras ditas devolutas, as terras dos Kaiowa (Vieta, p. 468). Situação que alterou profundamente as formas de manejo do ambiente e de apropriação dos recursos nele existentes. Foram ignorados, na sua implementação, os padrões indígenas de relacionamento com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social. Hoje os Kaiowa ocupam menos de 1% das suas terras tradicionais no Mato Grosso do Sul. O que caracteriza um processo de desterritorialização.

A resistência Guarani Kaiowa

Muitos não se conformam com as reservas, o que é motivo gerador de conflitos internos, e partem em busca de

alternativas. São os espaços sociais dos assentamentos mobilizados para a retomada de terras tidas como de ocupação tradicional. Decidida e teimosamente, manifestam sua resistência através de suas organizações e mobilizações na luta pela identificação e demarcação de suas terras, mas em contrapartida deparam-se com a morosidade da justiça e órgãos competentes.

Entre as inúmeras situações de violência, vimos a aldeia Guarani Kaiowa Laranjeira *Ñande Ru*, pela terceira vez, ser vítima de despejo. Casas queimadas, mulheres espancadas, homens feridos por balas e crianças amedrontadas. Em novembro de 2011 assistimos ao brutal massacre que ceifou a vida do líder Guarani Kaiowa Nisio Gomes, que teve seu corpo levado por jagunços e até hoje é tido pela polícia como desaparecido. Enquanto isso, os Guarani Kaiowa esperam que a justiça (morosa!) não deixe impunes os assassinos. Mato Grosso do Sul tornou-se palco de conflitos e de um sem-número de situações de violência contra o povo indígena Guarani Kaiowa.

A Constituição Federal/88, artigo 231, resultado de muita luta e mobilização, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, garantem o direito à diferença étnica e cultural. Em contrapartida, as políticas públicas e o sistema judiciário continuam atropelando esses direitos, em especial o direito à terra.

Dos covardes assassinatos de Marçal Guarani (1982) a Nisio Gomes (2012), tantos outros derramaram seu sangue na luta pela retomada de seus territórios tradicionais. Mas a força da *ñe'e* (*Palavra*) não se cala: “Não desistiremos de nossas terras. Vamos lutar até o fim. Não lutaremos com as armas dos brancos, lutaremos com nossas armas: o *Mbaraka* e a reza” (Eliseu Guarani).

As expulsões violentas das aldeias levam a aumentar o número dos que passaram a residir em caráter relativamente permanente em lonas de plástico às margens das rodovias, sujeitos a intempéries e alagamentos, como sua única alternativa e expressão de sua resistência.

Um grito que clama aos céus

As profundas e rápidas transformações históricas e econômicas que o povo Guarani Kaiowa vem sofrendo também vêm deixando sequelas e profundas marcas de desestruturação cultural, afetando suas formas de organização internas. Além das perdas territoriais e dos conflitos de terra, sofrem hoje os impactos da perda dos valores culturais. Povos que tradicionalmente sobreviveram, até a chegada dos colonizadores, com sua forma própria de economia da reciprocidade, hoje veem-se submetidos à dependência de ajuda humanitária de organismos governamentais e não governamentais. Os altos índices de suicídio e violência interna confirmam os dados. O relatório de violência divulgado pelo CIMI apresenta o estado do Mato Grosso do Sul como o estado de maior índice de assassinatos indígenas do Brasil e o maior índice de suicídios do mundo. Isso indica uma grande tensão no interior dessas comunidades. Cada morte violenta gera e aprofunda o processo de desintegração interna. Toda essa desintegração social e psicológica faz com que os indígenas estejam entre nós e por nós não sejam entendidos, ou sejam mal vistos em sua dramática situação. Nas palavras da vice-procuradora geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Índios e Minorias, Deborah Duprat, “a reserva de Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo”.

Revedo nossas lógicas

A visão produtivista é sustentada pelo modelo capitalista e racionalista, que se opõe à visão e à cosmovisão indígenas, as quais mantêm outra concepção cultural e cosmológica de relação com a terra, não em vista da produção e do lucro, mas em vista do “bem viver”. A terra não para a produção extensiva e monocultural. A terra não para o lucro. A terra não para a titulação de propriedade. Mas a terra como mãe que envolve e sustenta com suas matas, animais, frutos, suas águas, seus peixes. Terra para viver e construir as relações de vida, terra lugar do *tekoha* (lugar de viver).

O branco não entende porque o Guarani Kaiowa quer terra. A *γvy* (terra) é um ser vivo e tem um dono, como todos os seres vivos têm seu dono. Queremos nossa *γvy* porque a *γvy* é nossa mãe. Para nós, a terra é quem nos gerou. Nós nascemos da terra. Por isso, é na *γvy* que enterramos o *pyru'a* (umbigo) quando nascemos. E é ali que fomos plantados. A *γvy*, para nós, não é para produzir e comercializar (Otoniel Ricardo, Guarani Kaiowa-Caarapó, 2011).

Segundo Otoniel Ricardo, a terra é o que possibilita ao Guarani Kaiowa o equilíbrio entre o mundo dos homens e *Ñanderu* (Deus). É um presente que foi dado aos Guarani Kaiowa por ser um povo que busca constantemente a perfeição. “Não temos a visão de concentração de riqueza e de poder, mas sim de coletividade e garantia de continuidade de nossa identidade nas gerações futuras.” O território é condição de vida, não somente no sentido econômico ou como fator de produção, mas como ambiente vital em que se desenvolvem todas as formas de vida. “Ela está relacionada aos seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos e tradições que garantem a vida e o futuro de nossas gerações.”

Para uma nova maneira de relacionar-se com a Mãe Terra, os Guarani Kaiowa convocam-nos para considerar a terra não como objeto de produção, de venda, de lucro, mas como espaço sagrado, como a mãe que dá sustentação, possibilidade de vida às pessoas. A Terra é nossa Casa Comum, que hoje suplica respeito e cuidados.

Os povos indígenas também nos desafiam na sua diversidade cultural. Por constituírem um outro modelo de sociedade e de cultura, um outro modelo de economia, um outro sistema religioso, desafiam-nos a reconhecer que outras formas de vida são possíveis, relativizando nossos parâmetros de sociedade única e monocultural e convidando ao diálogo com o outro diferente. Precisamos aprender a reconhecer a sabedoria que vem de outros povos e aprender com o outro na sua diferença, na sua alteridade. E aprender a ver no outro, no diferente, no índio, o direito de viver com dignidade e o direito à diferença.

O *direito à diferença* constitui, hoje, um direito constitucional.

A história do Brasil nos últimos quinhentos anos foi escrita a partir de uma lógica política integracionista ou assimilacionista, voltada para a integração dos povos indígenas à sociedade nacional, de forma a eliminar toda diferença cultural e étnica. No entanto, essa “integração” é entendida hoje como a “desintegração dos povos indígenas”.

Pela Constituição Federal/88, fruto de muita mobilização e luta, pela primeira vez reconhece-se aos índios no Brasil o direito à diferença, isto é: de serem índios e de permanecerem como tal indefinidamente. É o que reza o *caput* do artigo 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Povo Guarani Kaiowa, povo da aliança

Pensar nos povos indígenas de nosso estado do Mato Grosso do Sul é pensar no “pequeno resto” de Israel (Is 10,20–22; 11,16), que são “os pobres da terra” (cf. Is 11,4) que voltam do cativeiro da Babilônia e aguardam a libertação de Jerusalém. Lembra os povos indígenas voltando do cativeiro da colonização, da civilização e da globalização como “restos”. Para eles não há lugar na hospedaria do mundo dos privilegiados (cf. Plano Pastoral, n. 71 – Conselho Indigenista Missionário).

No caminho do discipulado missionário

É com o olhar livre e despojado de qualquer preconceito que o missionário indigenista propõe-se construir novas relações que fomentem o reconhecimento e a dignidade desses rostos esquecidos, num diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, no respeito à alteridade, assumindo o compromisso com a cultura e espiritualidade indígenas. Povos que vivem a presença de Deus na criação, no cosmo,

na natureza. Esse Deus que é para os povos indígenas não algo mítico ou uma força natural. Ele é ao mesmo tempo um Deus que caminha e se revela na história, com seus antepassados e no cotidiano do hoje, e é celebrado nos seus ritos e mitos que falam da vida e acenam para um futuro feliz, a *yvy mara'ñe'y* (Terra sem males).

A Vida Religiosa Consagrada, em seus diferentes carismas, é dom do Espírito de Jesus, que sopra onde quer, na escuta atenta dos movimentos da *Divina Rua*, que nos toca e nos move para a itinerância, num movimento de leveza institucional e gratuidade. No testemunho alegre e na presença silenciosa, na convivência com as comunidades indígenas, na escuta paciente, com olhar de contemplação e atitude samaritana. Na reconstrução de novas relações neste mundo ferido e de rostos desfigurados. No anúncio profético e libertador da Boa-Nova do Reino da solidariedade e do direito dos povos indígenas às suas terras, à organização, à língua, à espiritualidade. No fortalecimento de seus processos organizativos, que dão consistência às lutas e fortalecem o seu protagonismo.

Alimentando a utopia do Reino: O bem viver indígena

Só assim poderemos ser apoio em seus processos de autonomia e autoafirmação. Para com eles professar e reafirmar:

Em profunda contemplação, constatamos que a força dos pequenos está em sua união e organização, em suas assembleias e consensos comunitários, no saber complementar-se, na responsabilidade e no serviço, no abrir seus corações para somar com outros e multiplicar sonhos e utopias. Essa força está na não identidade e cosmovisão próprias, na ética e na autenticidade de sua palavra (Carta do VI Encontro de Teologia Índia, Manaus, 2006).

Na luta pela justiça e pela paz, não sem denúncia e enfrentamento. Por uma justiça socioambiental para todos e

para os que virão amanhã. Pela retomada dos seus territórios. Pela recuperação das terras devastadas e desmatadas. Pela recuperação das matas e dos rios. Pela reconstrução de seus *tekoha* – seu modo de vida e lugar do *bem viver* Guarani Kaiowa.

Então, “haveremos de ver qualquer dia chegando a Vitória, o povo nas ruas fazendo a história, criança sorrindo em toda nação” (Zé Vicente).

Declaração final do II Seminário de Irmãos da América Latina e do Caribe

373

“Quem quiser ser o primeiro deve ser servo de todos.” (Mt 20,26)

Vimos de muitos lugares e de diferentes realidades da América Latina e do Caribe, a partir de diversas missões da Vida Religiosa, convocados pela Confederação de Religiosos Latino-Americana e do Caribe (CLAR).

Em continuidade com o Primeiro Seminário, realizado em Lima, no Peru, em março de 2009, queremos aprofundar a reflexão sobre a identidade e a missão específica de Irmãos Religiosos na Igreja e na sociedade na América Latina e no Caribe. Somos Irmãos por vocação e missão, esta é a nossa experiência.

Primeiro vamos abordar *a compreensão da realidade concreta* em que vivemos. A Amazônia é apresentada como um ícone da realidade onde a vida deve ser afirmada e a nossa Consagração Religiosa concretizada. Assim, vemos a realidade global da Amazônia, os países que a compõem, na diversidade dos povos, grupos étnicos e suas culturas.

A Amazônia deixou de ser o lugar esquecido no cenário internacional, para se tornar a praça central dos interesses da comunidade mundial. Como os povos originários da Amazônia defendem seu território com qualidade, nos perguntamos: como a Vida Religiosa é capaz de defender a vida ameaçada, gritar a urgência da vida na área natural deste planeta e ser ao mesmo tempo semente de uma nova vida na América Latina?

Neste contexto, refletimos sobre “ser do sexo masculino ou do sexo feminino” a partir de uma análise socioantropológica. Isso nos permitiu olhar para nós mesmos e pensar

sobre as atitudes e as contribuições de nossas vidas como homens no mundo real em que vivemos. A masculinidade torna-se, assim, o dom mais precioso que Deus nos dá para servir a este mundo como irmãos.

No momento da *iluminação encontramos a pessoa de Jesus*, um Cristo que serve como nosso modelo de masculinidade integrado.

Apreciamos em Jesus Cristo a sua terna afeição pelas crianças, um homem-Deus que fala com a mulher, mostrando as relações de afeto e proximidade com todos(as), especialmente a sua comunidade apostólica. Um Jesus em desacordo com a masculinidade hegemônica vigente à sua época. Com uma capacidade única para aproximar-se das pessoas sem fazer qualquer tipo de distinção, Jesus comemora o fim do poder patriarcal ao lavar humildemente os pés dos seus discípulos. Sua vida não se manifesta nas relações de poder que o mundo consagrou, mas assume características de uma verdadeira liderança. A sua inspiração nos convida a compartilhar o que temos e o que somos, mesmo que às vezes demonstremos alguma fraqueza, a evitar os holofotes, a partilhar as nossas habilidades, oferecendo o Reino, vivendo o celibato com uma fé integrada, expressando em tudo o Deus que se manifesta nos pequenos e nos fracos, como já fora anunciado pelos profetas.

Somos iluminados especialmente pelo conselho de Jesus, quando ele diz “não chamem ninguém de mestre, pois todos vocês são irmãos” (Mt 23,8).

Encantados e iluminados por essa imagem de Jesus Cristo, nós nos perguntamos, *quanto e como temos avançado como Irmãos Religiosos na reconstrução da nossa humanidade e da humanidade dos nossos irmãos(ãs)? O que precisamos reconstruir para que a nossa masculinidade esteja cada vez mais de acordo com o nosso Irmão Jesus?*

Estamos conscientes de *nosso progresso*: uma maior abertura e aceitação com relação aos leigos que compartilham a nossa espiritualidade e missão, uma maior disponibilidade,

sensibilidade, tolerância e abertura em nossas próprias Comunidades Religiosas, melhores relacionamentos com as mulheres, as crianças, os jovens, uma melhor aceitação de nossas fragilidades e fraquezas e uma melhor compreensão da figura de Jesus, um Deus mais misericordioso e mais próximo do humano.

Também estamos cientes de *nossas faltas*: pouca sensibilidade em nossas relações fraternas e em nossos cotidianos gestos humanos de afeto, conhecimento não tão profundo da pessoa de Jesus Cristo e pouca humildade para entender melhor as pessoas, a experiência e a realidade.

A liderança de Jesus desafia a nossa liderança fraca. A opção de Jesus pelas pessoas mais pobres confunde as nossas preferências, o uso que Jesus faz do poder questiona a nossa quota de poder (“quem quiser ser o maior, que seja o servo de todos” – Mt 23,11). Então nos cabe perguntar: por que e para quem damos nossas vidas?

Conscientes de nossa missão de Irmãos na América Latina e no Caribe, anunciamos que os nossos compromissos estão firmemente ancorados em Jesus Cristo, essa pessoa na qual centralizamos as nossas vidas. O reflexo de nosso encontro nos leva a empenhar-nos:

1. Em nossas *Comunidades de Vida Religiosa*, exercendo a liderança como irmãos, especializados em serviços, e estimulando as comunidades a se tornarem mais fraternas e mais humanizadas.
2. Na nossa *missão de Igreja*, ajudando na formação de novos líderes para a missão da Igreja, incentivando os níveis mais elevados de participação e os progressos na direção de uma nova maneira de se relacionar com os outros, favorecendo, assim, uma Igreja mais fraterna.
3. Em nossa *missão social*, buscando respostas e sendo presença e apoio em meio às realidades conflitantes, testemunhando uma nova relação e concretizando a fraternidade de nossa vocação.

Em Jesus que nos ilumina, estão os nossos sonhos de um mundo novo, de uma nova América Latina, de um novo

376

Caribe, e de uma nova região da Amazônia, onde a fraternidade entre todos e com o cosmos em que vivemos seja sinal do Reino que Jesus nos dá.

Nossa Senhora Aparecida, nos encoraje em nossa peregrinação de Irmãos!

Manaus, AM, 24 março de 2012

Concepcionistas Missionárias do Ensino: 100 anos no Brasil!

377

Era 1892 quando Carmen Sallés fundou a Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino, em Burgos – Espanha. Sua missão: a educação preventiva, integral e libertadora da mulher, por meio do ensino. Colégios são fundados, horizontes são ampliados, crianças, adolescentes, jovens, até adultos encontram nas “Casas de Maria Imaculada” (era assim que a Fundadora queria que fossem os colégios concepcionistas) acolhida, espaço para a aprendizagem e para a formação nos verdadeiros valores cristãos. E como tal, não podia se limitar apenas ao berço da fundação... “Ide e ensinai!”

Vinte anos depois, sete Irmãs espanholas, em junho de 1912, desembarcam no Rio de Janeiro, rumo ao interior de Minas Gerais: Machado. Desnecessário dizer que foram dias, meses, anos difíceis! Qualquer um pode supor o que significa sair de uma pátria-mãe – pequena – e chegar a um país estrangeiro – enorme! – com um conhecimento reduzido de suas possibilidades, de sua realidade, sem saber o idioma... Isto há cem anos!

É verdade que sacerdotes amigos, da Congregação do Coração de Maria, foram os intermediários e eles já tinham casa em Pouso Alegre – relativamente perto de Machado.

Mas foram, sim, anos difíceis! Promessas não cumpridas dos que lhes haviam dado tanta esperança de encontrarem algo mais que apenas boa vontade. Porém, as sete não desanimaram! Passaram necessidade; houve muitos dias de não terem nem o básico, nada! Viram e sentiram a Providência Divina no dia a dia... E não voltaram atrás.

Com coragem, a exemplo da Fundadora, foram alargando o campo de atuação. Outras Irmãs vieram de além-mar. Outras Casas-colégios foram fundadas, todas com referência a Nossa Senhora no mistério de sua Imaculada Conceição: Colégio Imaculada Conceição ou Colégio Maria Imaculada.

Somente em 1932, puderam contar com algumas vocações nativas. Mas, então, já exerciam o apostolado do ensino em Minas Gerais (Machado, Guaxupé, Passos), em São Paulo (Mococa), no Rio de Janeiro. Várias turmas de alunas já se haviam formado com o selo da Educação Concepcionista.

O tempo passou... Com altos e baixos, a Congregação se solidifica no Brasil (e em outros países) e outros Colégios e Obras Sociais, sobretudo relacionadas com a Educação – Lares, Creches – vão sendo erigidos. Em Belo Horizonte: Colégio Regina Pacis e Casa Noviciado; mais colégios e obras sociais em São Paulo, em Embu-Guaçu; Lares de Menores, em Mococa, em Machado; dois colégios e Obras Sociais em Brasília: Colégio Madre Carmen Sallés e Colégio Maria Imaculada; inculturação, através de pastoral paroquial em Fronteira (MG) e na Bahia (Jeremoabo).

O carisma concepcionista infiltrado. A Missão Concepcionista: “confiada por Deus a Carmen Sallés é a evangelização, realizada fundamentalmente através da educação. Tem sua raiz em Cristo Redentor e Mestre e em Maria Imaculada, primeiro fruto da Redenção” (Constituições V, 1§).

Em 15 de março de 1998, a Fundadora Carmen Sallés é proclamada Beata pelo Papa João Paulo II. Mais ânimo e mais força para as Concepcionistas que atuam, com entusiasmo no Brasil, que formaram a Rede Concepcionista do Ensino com milhares de alunos, com educadores leigos engajados na Missão, com um incipiente, mas promissor, Movimento Leigo Concepcionista.

E, em 2000, uma pequena aluna do Curso Infantil do Colégio Maria Imaculada de São Paulo é curada de uma grave enfermidade, pela intercessão de Carmen Sallés. Os

médicos que a trataram prognosticaram, caso ela se recuperasse, sequelas graves. E ela ficou totalmente curada a partir do quinto dia da novena à Carmen Sallés, em maio de 2000. Realizaram-se, então, os trâmites necessários para que o “milagre” fosse considerado como prova de santidade de Carmen Sallés. E foi! Dia 21 de outubro próximo, em Roma, o Papa Bento XVI proclamará SANTA CARMEN SALLÉS. E a menina brasileira favorecida pelo milagre, agora com quinze anos de idade, estará lá testemunhando com sua graciosidade, inteligência, piedade e saúde a verdade do acontecido.

Mais uma bênção divina no ano centenário das Concepcionistas no Brasil!

M. PILAR VASCONCELLOS, LEIGA CONCEPCIONISTA

PLUTARCO ALMEIDA, SJ*

Admirável mundo novo

A revolução tecnológica, especialmente no que tange ao mundo das comunicações, de fato surpreende-nos cada vez mais. Experimentamos um novo tempo, não só porque apareceram novas máquinas, mas, sobretudo, porque elas promoveram e estimularam novas maneiras de pensar, de ser e de agir. Ao contrário do que algumas pessoas pensam (Religiosos[as] inclusive...), o problema não são as máquinas, e sim o que elas fazem conosco e com a sociedade em que vivemos.

O mundo atual faz-nos viver como se estivéssemos experimentando, aqui e agora, tudo o que antes não passava de mero sonho infantil. O que a nossa imaginação projetava, mas a nossa consciência dizia-nos ser uma simples ilusão, começa a acontecer de forma inesperada, surpreendente e encantadora. Parece que a ficção científica não é mais ficção. Aliás, a cada dia são mais tênues os limites entre ficção e realidade, mundo real e mundo virtual. Os dois mundos ameaçam confundir-se (fundir-se?) de uma hora para outra.

Mundo midiático

Até bem pouco tempo atrás, chamávamos de “Meios de Comunicação Social (MCS)” os veículos de comunicação: rádio, televisão, jornal, revista, cinema... Entretanto, essa expressão já não dá conta da diversidade de veículos que temos hoje em dia.

* **Padre Plutarco Almeida** é jesuíta, jornalista, editor da revista *Convergência*.
Blog: plutarco-almeida.blogspot.com.

O termo “Mídia”, em sentido estrito, contempla os veículos tradicionais e mais a internet e seus múltiplos aplicativos. Em sentido largo, entendemos por “Mídia” todo e qualquer instrumento de comunicação, isto é, tudo aquilo que se mostre capaz de promover a circulação/difusão de informações. Pode ser uma camiseta de propaganda, um *outdoor*, um *busdoor* (cartazes em ônibus), um *folder*, uma faixa de propaganda, ou até mesmo uma caneta que distribuimos como brinde.

Mundo midiático integrado

Segundo os especialistas, a tendência, ou melhor, o destino inexorável das mídias é a integração, a convergência, o compartilhamento, ou até mesmo a simbiose entre elas. Isso significa que já não haverá mais espaço para o velho individualismo das mídias (jornal, revista, cinema, TV, rádio, internet, celular...), mas que todas as plataformas de comunicação, novas ou antigas, estarão interligadas/integradas entre si. E para quem pensa que o futuro ainda está longe, sugerimos que comece a prestar atenção, por exemplo, nos jornais impressos e nas revistas, nas emissoras de rádio e de televisão que já podem ser acessados a qualquer hora e em qualquer lugar, via internet e também do telefone celular ou do *tablet*.

Não faz muito tempo, estávamos acostumados a ler os jornais ou as revistas, ligar a TV ou o rádio para assistir a ou ouvir algum programa, atender o celular ou trabalhar com o computador. Mas tudo isso era feito – e ainda é feito, em grande parte pelo menos – de modo separado. As diversas mídias não “conversavam” entre si. Não conversavam, é bom esclarecer, mas daqui a muito pouco conversarão, isto é, vão estar integradas numa mesma tela acessível ao simples toque dos nossos dedos e, dentro de mais um pouco de tempo, até aos gestos corporais que fizermos.

Um conteúdo, diversas plataformas

A chamada “narrativa transmídia” é um termo que define ações técnicas na área da informática que possibilitam contar

a mesma história em diferentes suportes ou plataformas, como cinema, internet, TV, *tablet*, celular, ou o que mais for inventado daqui para frente. O termo surgiu nos Estados Unidos a partir do trabalho do pesquisador Mark Warshaw. Em 2009, um brasileiro chamado Mauricio Mota, dono de uma produtora de jogos (*games* para computador), associou-se ao pesquisador americano e desenvolveu um blog chamado “Os alquimistas estão chegando”, que reunia gente de todo o mundo para falar de narrativa transmídia.

Nos Estados Unidos, já tinham sido veiculadas, no formato de mídias integradas, duas séries de grande sucesso: “Heroes” e “Smallville”, criações de Mark Warshaw. “Smallville”, inicialmente, era apenas uma série de televisão. A partir, então, dessa “nave mãe”, como chamaram os seus criadores, surgiram outros produtos integrados, de maneira orgânica, com liberdade para estender a história, mas sempre respeitando a base principal. Hoje, “Os alquimistas” são

centenário do autor. A ideia é, durante cinco anos, contar histórias de Nelson Rodrigues de cem formas distintas. Um aplicativo de celular, por exemplo, vai permitir que se mande, em forma de mensagem, frases de seus livros. Já a série de crônicas “A vida como ela é” vai ser adaptada para vídeos do *YouTube*. Desse modo, a obra completa será mostrada ao mesmo tempo em várias plataformas e em diversas linguagens.

Outro grande projeto da empresa “Os alquimistas” é a inauguração, em 2013, do “Centro para o Futuro do Entretenimento”, no Cais do Porto, no Rio de Janeiro. Esse centro deverá reunir pensadores da mídia e da indústria da diversão, de todas as partes do mundo, em torno da ideia de criar novas práticas para setores como cinema, televisão ou *games* de computador. O Brasil deverá ganhar, assim, um espaço de pesquisa voltado para a convergência midiática, da qual a “narrativa transmídia” é parte integrante.

E agora, José?

Mas, afinal, o que é que isso poderá representar para a humanidade? Haverá mais comunicação entre as pessoas? Os laços de fraternidade entre as nações serão estreitados? O preconceito, as divisões e os ódios cessarão? E para a Vida Religiosa, que consequências podemos esperar? Como poderemos utilizar todos esses recursos a serviço do Reino? Que contradições precisamos evitar? Quais os desafios a serem enfrentados?

A única coisa que sabemos, por enquanto, é que as novas tecnologias e seus aplicativos já estão chegando, e chegam para facilitar o intercâmbio, a intercomunicação humana graças ao fluxo cada vez mais acelerado de informações. De qualquer maneira, não há como negar que palavras como “compartilhamento”, “conexão”, “convergência”, “redes”, e outras que, até pouco tempo atrás, não constavam dos nossos dicionários, são indicativos positivos. Ora, se formos examinar direito, essas palavras têm tudo a ver com os valores evangélicos. Elas falam, explícita ou implicitamente, de

vida comunitária, de fraternidade, de integração, de “conexão”, de comunhão... sinais evidentes do Reino de Deus entre nós.

Existem, por certo, algumas correntes um tanto quanto pessimistas na sociedade em geral, na Igreja e mesmo na Vida Religiosa Consagrada, mas, de fato, não nos parece que a revolução tecnológica seja assim tão maléfica. Como diz o velho ditado: “O diabo não é tão feio quanto se pinta”. Entretanto, é preciso ter cuidado, discernir, examinar cada recurso tecnológico e os objetivos do seu uso, levando em conta não os critérios frios do mundo capitalista, mas o que realmente nos interessa, ou seja, o crescimento integral e integrado, o humano e o espiritual das pessoas e da sociedade como tal.

A vocação de Irmão, referência viva de fraternidade*

385

ARTIGOS

JOSÉ MARIA SOTERAS, FMS**

I. Perspectiva bíblica de uma identidade em busca de novos horizontes

A modo de introdução

A fraternidade é um dos valores hoje altamente cotados, apesar do individualismo reinante. Não é necessário justificar, demonstrar, nem defender... Para o homem moderno, isolado em meio à urbe, é um valor eloquente e atraente, por si; muito mais se vier acompanhado de práticas que o tornam visível, tangível, não só “audível”, até mesmo para as sociedades tradicionais religiosas do Ocidente, com todo o seu laicismo nas costas, que aprecia saber-se herdeiro do grito que inspirou a Revolução Francesa, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, o que, no fundo, é a versão laica de valores evangélicos fundamentais. Os mesmos franceses costumam dizer, com certo humorismo: a revolução não terminou; os esforços voltaram-se para conquistar a “liberdade”, e nessa luta levamos quase dois séculos (liberdade de opinião, credo, associação, imprensa, voto, sindicalismo, sexual...); agora estamos totalmente envolvidos em alcançar “igualdade” (de raça, de oportunidades, de gênero...); e a “fraternidade” ainda está por começar. Depois das ideologias totalitárias do século XX, com suas guerras de extermínio, diríamos que chegou a hora da fraternidade e de começar a percorrer essa trilha no seio de nossa sociedade.

Problema semelhante detectamos na Igreja. Mas essa percepção clara e positiva, nas consciências, não deixa de

* Os três primeiros pontos da primeira e da segunda parte foram publicados na *TESTEMUNHO*, Revista de Vida Religiosa do Chile, em dezembro de 2011. Texto traduzido por Pe. Pe. Victoriano Baquero, sj.

** **Irmão José Maria Soteris** é marista, biblista, conselheiro-geral do Instituto dos Irmãos Maristas. **Endereço do autor:** Piazzale Marcellino Champagnat, 2 (C.P. 10250), 00144 Roma (Itália).

encontrar grandes resistências na prática, seja por inércia histórica, seja por conjunturas que provocam contradições internas. Nesse sentido, por exemplo, praticamente ninguém discutirá a importância da “Fraternidade” ou da “Irmandade” como valor permanente da vida cristã, especialmente hoje, em nosso mundo dividido, e, sobretudo, diante da escassez de vocações. Não é tão raro encontrar reticências em promover vocações de “Irmãos” quando é tão premente a necessidade de “ministérios ordenados”. De modo subliminar, estar-se-ia desviando o Espírito como o Senhor de todo dom e vocação. Outro contexto onde se pode detectar esse tipo de contradição são os encontros de Religiosos e Religiosas. Ao convocar os destinatários, com certa frequência estabelece-se um grupo de Religiosas e outro de Religiosos, dando por entendido que não são todos clérigos. Em mais de uma ocasião os Religiosos “Irmãos” ficaram excluídos das convocações ou foram ignorados, porque não são mulheres nem clérigos. A mensagem latente que se percebe aqui é que vocação de “Irmão” e sua explicitação numa “fraternidade”, sem conotação clerical, é algo próprio de mulheres, inadequado e insuficiente para varões... Certamente essa “exclusividade” não supõe afago para as mulheres, também não beneficia a mesma noção de fraternidade. Poderíamos oferecer mais exemplos, com suas correspondentes conotações contraditórias com o discurso oficial ou teórico, mas esses são suficientes para ilustrar a situação.

A partir do que acabamos de evocar, tentaremos aproximar-nos da palavra bíblica para iluminar, a partir dessa perspectiva, a vocação do “Religioso Irmão” e da “Religiosa Irmã”, e sua expressão associada à vivência da fraternidade, sem desvio essencial de toda a vida cristã.

Como sabemos muito bem, vocação religiosa não se trata de exclusividade, trata-se, antes de tudo, de viver de modo relevante, radical, parabólico, exagerado e eloquente... (escolham as palavras que lhes sugerirem maior significado) o que já está contido na consagração batismal e, portanto, patrimônio comum de todos os fiéis, sem exceção. Não nos

faz nenhum bem que, por “salvar a identidade” de nossa vocação, tenhamos de negar o que é de todos.

Sendo bem conscientes desta “propriedade” coletiva e não privativa do que vivemos como Religiosos (entre outras coisas, também nossa identidade de “Irmãos”), tentaremos buscar na “experiência fundante”, de que textos bíblicos são testemunhas, o que poderia ser específico desta vocação religiosa ou, dito de outro modo, o que pode haver de genuíno e particular na vivência, como Religioso(a), de algo que é comum a toda a vida cristã: Fraternidade e identidade de Irmão e Irmã em Cristo. Dado o espaço disponível, centrar-nos-emos nesse enfoque e não desenvolveremos a riqueza e profundidade dos textos a respeito da figura de Jesus, irmão universal, fundamento e inspiração de toda fraternidade cristã, algo que se pode encontrar com facilidade.

Terminemos esta introdução precisando que o acesso a este acontecimento fundante, Jesus Cristo, Palavra Viva de Deus, se nos oferece através do linguajar humano, codificado historicamente, com a fragilidade e a humildade de certos sinais linguísticos. Veneramos essa “palavra bíblica” como “Palavra de Deus”, porque evoca a presença “sacramental”. Dessa palavra viva de Deus reconhecemos a profunda vinculação entre as duas *Palavras*, mas sem identificá-las nem confundi-las; a leitura da *palavra bíblica* não é uma prática simplesmente “informativa” nem acedemos a ela de forma direta e imediata, mas trata-se, essencialmente, de um modo de “busca” da Palavra divina contida na “palavra escrita”. Esse caminho exige escuta, oração, estudo, compromisso.

Assim, pois, aproximar-nos da Bíblia como inquiridores acaba complicando-nos e comprometendo nossa existência, muito mais do que um simples exercício de leitura, lembrando-nos que, na origem de tudo, no fundo dessa palavra bíblica, lateja uma *Existência* que a nutre e da qual ela é uma humilde expressão. Essa presença, que deu origem, permanece vigente a todo momento, sempre disposta a deixar-se buscar e encontrar no presente de toda leitura. Na Bíblia, pois, narra-se o vivido, para que, em qualquer presente, seja

possível viver o narrado e enriquecer essa história com nossa própria história.

Jesus, a caminho da fraternidade

A partir de uma perspectiva histórico-bíblica, mais do que teológica, alguns métodos atuais de investigação, leitura e interpretação ajudam-nos a descobrir novos matizes nos textos bíblicos de sempre. Não se trata de suplantarmos o que a partir de outras perspectivas tem-se adquirido (também aqui vamos superando as tentações totalitaristas), senão, antes, somar, acrescentar cromatismo à extraordinária riqueza desses textos evangélicos e que nenhuma das interpretações pode conter, muito menos esgotar. Sabemos que os textos evangélicos derivam da experiência que os discípulos fizeram com Jesus; intentaremos aproximar-nos de alguns elementos que resgatam o caminho histórico que Jesus compartilhou com eles.

1. Memória viva do essencial (I)

Certas apresentações de Jesus, a respeito do Judaísmo oficial de seu tempo, parecem desenhá-lo como transgressor sistemático, que pouco ou nada tinha a ver com aquela religião desde o princípio de sua missão. Dito de outro modo: Jesus não parece ser “judeu”, mas só “cristão”; mais ainda: “católico”; e, além do mais, “pós-tridentino”. Trata-se de um anacronismo que consideramos quando fazemos teologia inadequada para uma aproximação histórico-bíblica.

Todas as tradições históricas da época que chegaram até nós, as favoráveis e as adversas, coincidem ao apresentar Jesus como alguém que oferece uma proposta particular para viver os compromissos da aliança, algo que todos os Judaísmos da época reivindicavam para si e rivalizavam por ela. Quanto mais nos aproximamos da figura histórica de Jesus, mais claramente descobrimos o transfundo intrajudeu em que se desenvolveu.

A análise das constelações de palavras e conceitos é um instrumento relativamente singelo para nos aproximar, com mais precisão, desse universo cultural e religioso, sem

projetar, logo, nossas próprias concepções. As palavras “irmão” e “próximo” são usadas em muitos contextos como sinônimas, mas nem sempre o são. “Irmãos” abrange um leque de significados muito mais amplo que, partindo da relação de consanguinidade (filhos de um mesmo progenitor biológico [Gn 4,8s; 12,13; 44.20]), vai-se ampliando a parente ou familiar (Gn 4,2; 13,8; 29,12s; Lv 10,4; 25,19-13); compatriota (Gn 16,12; Dt 2,4; 25,3; 12 1,3; Sl 22-23); povos descendentes de um ancestral comum (Gn 19,7; Dt 2,4; Am 1,112); até alcançar a aliança entre povos distintos (Am 1,9.11; 1Rs 20,32; Mac 12,10).

Estes dois extremos – irmão de sangue e aliança de povos – superam o significado da palavra “próximo” na época em que se expressava o sentido de proximidade e de encontro entre pessoas até incluir como máximo a todos os compatriotas, isto é: somente aos membros de um povo, Israel. Por assimilação a esses e não por abertura aos de fora, alguns textos esforçam-se por estender o “amor ao próximo” aos estrangeiros residentes no país e não mais (Lv 17,8-10.13.19.34). Contudo, ainda são usadas como sinônimas as duas palavras que sublinham um aspecto bem distinto: enquanto “irmão” tende a ver o que nos une e nos faz parecidos (terminologia grega de “adelfos”, significa “do mesmo seio materno”), a palavra “próximo” fixa-se na distância (“plesion” em grego, significando “próximo”, “vizinho”, “o outro”), e mesmo sendo distância curta coloca em evidência a diferença. O eterno binômio das relações interpessoais: igualdade e alteridade.

O desafio mais agudo não é como tratamos aos que reconhecemos “iguais”, senão ao que nos parece “diferente”, e se agrava quando “se aproxima”. Além de prescrever algumas normas para o relacionamento “fraterno” dentro do clã (como o levirato), a lei mosaica coloca especial atenção em regulamentar as relações com o “outro”, diferente e próximo, entendido como compatriota. O alcance de lei não ia mais além. Como os distintos grupos ideológicos da época acreditavam dispor da reta e pura interpretação da lei, cada qual tendia a considerar-se o “autêntico Israel”,

degradando os outros judeus, até assimilá-los aos étnicos. Em consequência, deixavam de ser “compatriotas”, isto é: “próximos”; a lei não regia essas relações, que só se aplicavam aos “correligionários” do grupo em questão. Portanto, a noção de “próximo” estava submetida a um sério processo de redução tendente a identificar “compatriota” com “correligionário”. Nesse contexto, não é ociosa a pergunta do letrado a Jesus: “Quem é meu próximo?” (Lc 10,29). Só os que te seguem? Poderíamos dizer?

É plausível, do ponto de vista histórico, considerar que Jesus começou sua missão inserido nesse universo. Algumas prescrições, priorizando a identidade judaica e delimitando o território de sua missão, seriam consideradas, na Palestina, como algo normal, sem mais discussão (Mt 10,6; 15,24; Jo 4,22). A diferença radical em Jesus, desde o princípio, é que não excluía os que não estavam com ele; antes, esses eram “seu rebanho!” (Mc 2,13-17; Lc 7,36-50). Desde o início de seu ministério, parece avançar na direção contrária ao modo de restrição, estendendo a noção de “povo” a seus confins naturais e recuperando a dignidade de “compatriotas” para todos os seus membros, sem exclusão.

2. Alargar a visão para superar as barreiras (I)

Contudo, não termina aí o caminho de Jesus. Diante da atitude da fé do centurião (Mt 8,10), ou na resistência para atender à mulher cananeia (Mt 15,21-28), podemos reconhecer, implicitamente, que tinha assumido o limite que a tradição previa para a aliança. Perante a resposta dura de Jesus: “Não fica bem tirar o pão dos filhos para jogá-los aos cachorrinhos” (Mt 15,26), sem desistir nem atacar, a cananeia replica: “É verdade, Senhor; mas os cachorrinhos também comem as migalhas da mesa de seus donos” (Mt 15,27). Essa mulher propôs-lhe superar os limites que se tinha imposto e dilatá-los até atingir os confins do sonho de Deus no seu plano criador. Com sua réplica, ela sincronizou ainda mais o coração humano de Jesus com o coração de Deus. Poderíamos dizer que essa mulher anônima “evangelizou” um pouco mais a Jesus e devemos reconhecer que Jesus

deixou-se “evangelizar” por ela. Sem essa mulher, talvez, hoje nós não estaríamos aqui e a mensagem de Jesus ter-se-ia afogado nas estreitas margens do Judaísmo intransigente, exclusivo e míope. Por isso, poderíamos saudá-la como padroeira de todos aqueles que, provenientes da gentildade, hoje somos cristãos.

Algumas pessoas veem o Jesus histórico como alguém que nasceu “aprendido”, ou seja: com todo o saber divino presente e disponível em sua mente humana desde o primeiro momento. Sem rejeitar essa opção, outros preferem resgatar o caminho de busca que sua natureza humana compartilhou com todos nós. Isso não rebaixa em absoluto sua condição divina. Tomando essa perspectiva, poderíamos contemplar, com profunda emoção, que Deus, pela encarnação, tem experimentado e assumido as condições precárias de nossa existência até as últimas conseqüências, até mesmo a morte, e morte de cruz (Fl 2,6-8). Tal como se firma em Hb 4,15 – “[...] pois ele mesmo foi provado em tudo, à nossa semelhança, sem todavia pecar” –, desconhecer algo, humanamente, não é pecado.

3. Sem medo das “perguntas impertinentes” (I)

Avançando, pois, a partir dessa perspectiva, podemos apreciar como, através desses “encontros” ou “aproximações” aos “outros e aos diferentes”, se vai modulando a consciência de Jesus e sua mensagem evangelizadora. E o que Jesus aprendia rapidamente passava a fazer parte do que ele ensinava. Na parábola do bom samaritano (Lc 10,23-37), podemos vê-lo tentando aplicar a noção de “próximo” a quem todos excluía, não só por ser forasteiro, mas por ser rival idólatra e propenso ao “terrorismo religioso” (cf. Flávio Josefo, que narra como samaritanos impediram a celebração da páscoa ao contaminarem o templo espalhando cinzas de cadáveres), um inimigo assimilado ao apóstata, ao que se deveria banir, procurando ativamente sua perdição, segundo nos referem os escritos rabínicos.

Modificando o conteúdo de um termo da constelação, os outros do sistema resultam afetados. “Irmão” e “próximo”

relacionam-se, de uma parte, com seus opostos: “inimigo”, “adversário”, “estranho”, “estrangeiro”, mas também com seus paralelos externos – “amigo”, “companheiro”, “compatriota” –, internos – “parente”, “pai”, “mãe”, “filho” – e análogos – “mestre-discípulo”, “senhor-servo”, “pastor-rebanho”, “guia-seguidor”. Nessa evolução de etiquetas e das relações que se impõem não é de estranhar que Jesus se pergunte “Quem são minha mãe e meus irmãos?” (cf. Mc 3,33); ou supere o apelativo de “mestre, pai e guia” para seus seguidores (cf. Mt 23,8-10); ou modifique a relação de dependência: “Já não vos chamo servos, mas amigos” (cf. Jo 15,15); ou prefira ter às mulheres como “amigas e discípulas” antes que se decida pela instituição do matrimônio, que se constituía em contrato de compra e venda (Mc 15,40-41; Mt 27,55; Lc 7,36-50; 23,55).

Se se questionam as estruturas básicas da relação humana e se recompõem as categorias que medeiam nas relações interpessoais, como ficarão as estruturas sociais que se edificam sobre as primeiras? As hierarquias, os traços, as classes, a autoridade pública, o exercício, a representação do poder sagrado, o Império, tudo, necessariamente, se verá afetado. Ainda sem ter resposta para tudo, ampliar a vista à escala do coração divino é importante para suscitar “perguntas impertinentes”, isto é: aquelas que não se satisfazem com respostas de ofício ou, num encolher de ombros, apelam para a inércia da tradição ou da herança. Essas perguntas não precisam de resposta imediata, porém têm o poder de deixar o espírito em estado de vigília e manter a busca até dar com a “verdade”, que é o que satisfaz. Parece que as primeiras comunidades cristãs herdaram também essas atitudes no seu caminhar histórico. Diante da ancestral instituição da escravidão, sem a qual não subsistiria a “polis” (cidade-sociedade), como já tinham afirmado os gregos, não parece que os cristãos tivessem alternativa concreta, pois não eram “engenheiros sociais” nem “economistas”, nem tinham obrigação de sê-lo. No entanto, mantiveram viva a pergunta e o incômodo diante de algo que não parecia corresponder ao sonho de Deus para a humanidade. Paulo

propõe a Filêmon agir de forma criativa a respeito de seu escravo, Onésimo; e, no século III, no esplendor do Império, os cristãos de Roma não viram inconveniente algum em promover como bispo da comunidade a quem conhecia, na própria carne, a escravidão, o Papa São Calisto I (155-222), algo que dificilmente outra associação da época se atrevesse a fazer. Com essas práxis, mais do que com grandes proclamações, foi-se diluindo na sociedade ocidental uma instituição que parecia insubstituível. Certas formas de opressão e de dependência destrutiva adotaram outras modalidades surgidas depois, algumas das quais chegaram até hoje; mas nesse caminho para superá-las também seguimos comprometidos, hoje, ainda inspirados por esse mesmo sonho que abriga o coração divino.

4. Além das palavras: os gestos parabólicos (I)

A evocação histórica que acabamos de fazer põe em relevo um aspecto do ministério de Jesus. Além do mais, de uma inegável habilidade didática para abrir as mentes e corações às propostas inovadoras do Reino, sua pregação não se limitava à “palavra”, mas traduzia-se nos fatos e nas obras práticas. Isso o tornava particularmente diferente dos outros “mestres”, e assim era reconhecido por seus contemporâneos, que não podiam negar o crédito e a autoridade que essa forma de agir lhe outorgava (Mc 1,22-27; 11,28; Lc 4,32-36; 24,19; At 2,22). Tradicionalmente, tem-se apresentado a ação taumatúrgica de Jesus, os “milagres”, como prova apologetica que justifica e autentica sua pretensão messiânica. Reconhecendo esse aspecto, também aqui podemos descobrir que essa perspectiva não esgota toda a riqueza dessa práxis. Podemos ler a atuação de Jesus com o intento de explicitar, no dia a dia, os descobrimentos que ia fazendo, de significar com gestos o que ia intuindo; aplicar em pequena escala as propostas que pareciam encaixar-se melhor no sonho divino de ensaiar em escala humana o projeto do Reino, tornando-o vigente e atuante, ainda que só de modo limitado e fugaz, no presente de toda história pessoal e na precariedade da história humana. Se adotarmos essa perspectiva, então se nos ampliará muito mais a percepção

de Jesus para não ficarmos limitados aos chamados “milagres”. Com esse olhar, não só o descobrimos como mestre de sabedoria, profeta, pregador ambulante e taumaturgo, mas também como um bom amigo de seus amigos (Lázaro – Lc 10,38-42); um oportuno visitante (Zaqueu – Lc 19,1-9); um eficaz defensor das causas perdidas (adúltera – Jo 8,1-11); um fino observador e repórter da realidade (drama da viúva – Mc 12,41-44); um excelente interlocutor (samaritana – Jo 4,4-42); um agudo psicoterapeuta (Simão e a pecadora pública – Lc 7,36-50); um magnífico anfitrião para os meninos e suas mães (Mc 10,13-16); um rentável convidado (Caná – Jo 2,1ss); um impecável organizador de eventos (multiplicação dos pães – Mc 6,30-44; 8,1-10); um ameno comensal (Levi – Mc 2,13-17); entre muitos outros gestos e atitudes. Tudo isso é algo circunscrito à esfera privada e irrelevante para o projeto do Reino, desde o momento em que o Evangelho o registra. Faz parte da mensagem que nos transmite e essa mensagem é, fundamentalmente, sua vida.

À luz do que acabamos de assinalar, poderíamos considerar que o “recurso parabólico” não se esgotou nos discursos: Jesus os estendeu à vida e os plasmou na sua prática, o que podemos classificar de místico-profética. Seu fazer diário estava tecido de “gestos parabólicos”; às vezes, muito exagerados, precisamente para que, como em toda parábola, fosse bem eloquente. Nesse sentido, chama a atenção sua fixação pelas refeições, seja como convidado, seja como anfitrião. Essa fixação pelas refeições poderia ter sido ainda maior do que os Evangelhos registram, uma vez que os evangelistas tenderiam a dissimular uma acentuada gastronomia, o que não era algo que, de entrada, favorecesse a boa fama de um personagem religioso. Tão notória devia ser essa práxis que o mesmo Jesus reconhece a imagem que estava passando e que podia ser aproveitada pelos adversários: “Veio o Filho do Homem, que come e bebe [...]” (Mt 11,18-19). Alguns conjecturam que foi exatamente nessa práxis que Jesus encontrou o melhor modo de provocar uma consciência antecipada do Reino à escala humana. Por um tempo limitado e num espaço reduzido, podia-se “notar” que Deus

estava sonhando para todos e para sempre um mundo sem divisões, no qual bastaria um só Senhor. Essas práticas, que foram chamadas de “comensalidade aberta”, não deixavam indiferentes os que, nas refeições diárias, fossem ordinárias ou grandes banquetes, consagravam uma e outra vez às divisões, por razão de honra, riqueza, origem, gênero, idade, pureza ritual. Por isso, em todos esses episódios, os restos assinalam uma provocação, fruto de alguma transgressão da “comensalidade” tradicional. De fato, tão impressionadas deviam ficar as retinas de seus discípulos com essas experiências que a primeira comunidade não encontrou forma melhor de rememorar a vida de Jesus do que com a refeição, a fração do pão, que na páscoa tinha adquirido o sentido do pão sagrado. Participar nessa celebração motivava o engenho para criar novos gestos, “signos ou prodígios” no linguajar dos Atos (5,12), provocando a admiração de seus contemporâneos ao suscitar e manter vivas as “perguntas impertinentes”.

5. Compromisso histórico e transcendência (I)

Estamos tão habituados a falar de Jesus em contexto catequético ou litúrgico, intereclesial, que, sem dar-mo-nos conta, o “vemos celebrando sacramentos” com toda naturalidade, ou seja: lemos, em chave cultural ou transcendente, esses gestos que, em sua origem, tinham perfil mais imediato, tangível ou histórico e que nós chamamos “seculares”. De fato, em primeira instância, quando participava nessas refeições não estava celebrando uma “eucaristia” no sentido católico, com todo o conteúdo doutrinal desenvolvido ao longo dos séculos. Quando curava um doente, as pessoas viam gestos mais próximos ao que praticava a medicina da época do que a celebração do ritual da confissão auricular ou a administração dos santos óleos. Parece óbvio, mas facilmente nos deixamos seduzir por esse anacronismo. Antes do acontecimento pascal, os encargos de Jesus a seus discípulos ajustam-se, prioritariamente, nesse perfil “secular” (até mesmo no envio especializado dos setenta e dois discípulos – Lc 10,1-12).

É pela experiência pascal que os discípulos vão tomando consciência, mais clara, da dimensão “sacramental” que transcendia essas situações e que agora percebiam habitadas por uma presença divina particular do Ressuscitado. Provavelmente por essa razão, eles as elaboraram e ritualizaram em forma de culto: sentiram que permanecer com uma experiência clara “secular” não refletia a profunda realidade que nelas se dava. Em consequência, uma das funções do culto será a de revelar e alimentar o que latejava no fundo de toda ação secular, quando se realiza em chave cristã. Com o passar do tempo, as comunidades correram o risco contrário, o de exaltar tanto o culto, que finalmente parecia funcionar sem que fosse expressão de algum compromisso secular e sem que se traduzisse em algum “gesto, sinal ou prodígio” (1Cor 11,17-34). Certamente, um compromisso secular sem expressão cultural reduziria a comunidade cristã a uma associação assistencialista (o que hoje é chamado “oenegenismo” [de ONG]). Por sua vez, o culto sem projeção histórica converter-se-ia num consumismo a mais de tipo espiritual, mas consumo pelo simples prazer de consumir. Daí a insistência de Lucas em mencionar sempre os três pilares que sustentam a identidade da comunidade cristã: oração-culto, pregação-ensino e caridade-sinais, especialmente na comunhão de bens. (cf. os três sumários sobre a vida exemplar da comunidade de Jerusalém – At 4,32-35; 5,12-15).

Como exemplo eloquente da íntima vinculação dos aspectos cultural e secular, temos o relato da instituição dos diáconos, que foram o primeiro ministério eclesial instaurado pela iniciativa autônoma da comunidade pós-pascal (At 6,1-7). Ante um conflito interno pela partilha da caridade, os Doze deliberaram que não era adequado abandonar a pregação para dedicar-se a esses “mistérios”. Aparentemente, pois, a missão desse primeiro ministério eclesial estava mais vinculada ao “secular” do que ao “cultural”. Contudo, a prática da ajuda aos pobres tinha lugar no ritual da fração do pão, precisamente como tradução imediata do culto num gesto e, inversamente, em viver o gesto em toda a sua profundidade sagrada e não

só como um simples exercício de distribuição da renda. Por conseguinte, encarregá-los da distribuição de esmolas significava colocá-los, simultaneamente, à frente do culto especificamente cristão (não esqueçamos que aquela comunidade participava, além do mais, do culto judaico). Como curiosidade, notemos que nessa primeira hora de Igreja os Doze priorizam a pregação, a presidência do culto cristão, fração do pão associada à prática da caridade.

Concluindo, esses textos relembram-nos que, desde o princípio, todo ministério eclesial orientado ao culto tem, nos serviços seculares da comunidade, uma referência evidente para garantir sua autenticidade cristã. Por sua vez, os serviços seculares da comunidade têm, nos ministérios do culto, o memorial da presença divina e tornam-se vivos e atuantes no mundo através de seu compromisso histórico.

6. Uma missão, distintas modalidades, muitas tarefas... (I)

Acabamos nossa aproximação, a partir de uma perspectiva histórico-bíblica, recordando que o seguimento de Jesus teve essencialmente duas grandes modalidades: por um lado, a daqueles aos quais Jesus dirigia sua missão (o povo sem exclusão alguma); por outro, a daqueles que assumiram algum aspecto de seu particular estilo “parabólico” de vida itinerante e que, a partir dessa proximidade física, colaboravam no desenvolvimento das tarefas que se desprendiam de sua missão, seja na logística, seja na própria pregação.

No primeiro caso, temos tanto as grandes multidões que se aproximavam para ouvi-lo como também os encontros mais pessoais, tais como, por exemplo: Zaqueu (Lc 19,1-10); o paralítico da piscina de Bezata (Jo 5,1-9); as refeições com fariseus (Lc 7, 36-50; 11,37); os amigos extraordinariamente próximos, como Nicodemos (Jo 3,1-21; 7,50; 19,39); Lázaro e suas irmãs (Jo 11,1-12.17); Marta e Maria (Lc 10,39-42; Jo 11,1-12,3). No segundo caso, temos expressivo grupo de discípulos que o acompanhavam, uns mais permanentes – como o grupo dos setenta e dois (Lc 10,1-12) ou os Doze (que no Evangelho de João nunca aparecem como tal) –, e outros menos reconhecidos, porém bem documentados

– como o cego Bartimeu, a quem dizem: “Ele [o Mestre] te chama!” e que termina “seguindo Jesus pelo caminho” (Mc 10,46-52); ou como aquele grupo de mulheres que, desde o início do caminho, o seguiram, até mesmo comprometendo seus bens (Lc 8,1-3; Mc 15,40). Cabe recordar que essas mulheres o seguiram além do que fizeram os varões: até a cruz, no sepultamento e no primeiro anúncio pascal (Mc 15,40.47; 16,1-7). Notemos que os textos evangélicos possivelmente tendam a dissimular sua presença, dado que sua proximidade não favorecia a boa fama de uma personagem religiosa com frequente presença nas refeições.

Hoje somos mais conscientes de que por detrás de todas essas modalidades sempre há algum tipo de chamado e que em nenhum caso a vocação é algo exclusivo de um grupo privativo – por exemplo, dos Doze –, que nem sequer atinge o conjunto dos que assumiram a segunda modalidade de seguimento. A consciência histórica sobre a existência das duas modalidades de seguimento fica claramente refletida no episódio de Gerasa, em que o libertado sente-se atraído e disponível para inserir-se no segundo grupo, mas que, no entanto, Jesus “chama” explicitamente para o primeiro (Mc 5,1-20). Exemplo contrário é o caso do jovem rico que Jesus chama para fazer parte do segundo grupo e que não aceita o chamado (Mc 10,17-22; Mt 19,16-22), bem como o dos que apresentam desculpas (Mt 8,18-22; Lc 9,57-62); isso não os condena, nem têm por que deixar de seguir Jesus, junto com todas as multidões que vinham de toda parte (Mc 1,32-34; 6,30-32; Mt 5,1). Por outro lado, está claro, Jesus reconhece a diversidade e especificidade do chamado quando fala dos “eunucos do Reino” (cf. Mt 19,12). Não são os únicos que têm vocação nem essa vocação é para todos. Cada vocação tem sua especificidade, e também não é questão de anulá-la por considerá-la fora do comum.

II. A modo de conclusão provisória

À luz desse recorrido histórico-bíblico, destacaremos alguns elementos que, de modo provisional, podem sugerir

alguns desenvolvimentos a respeito do sentido e da compreensão da vocação de “Irmão”. Tais propostas não pretendem negar o legado da tradição, mas sim enriquecer e atualizar o sentido dessa vocação em meio às mudanças culturais de nossas sociedades. Qualificamos de “provisória” esta conclusão teológico-bíblica precisamente para que esses pontos possam ser submetidos à reflexão, ao debate e à oração, com a finalidade de aprofundar mais o belo tesouro da vocação de Irmão, sem mais.

1. Memória viva do essencial (II)

Quando se apresentam os eixos essenciais do Evangelho, dificilmente passa inadvertido o valor da “fraternidade”. Não dizemos que seja o único. Afirmamos que, sem dúvida, é um dos fundamentais e que, por essa razão, é patrimônio comum de todos os crentes. A oração por excelência, o pai-nosso (Mt 6,9-15; Lc 11,2-4), define, já em sua primeira frase, nossa identidade essencial de “filhos do mesmo Pai” e, por conseguinte, de “irmãos”. Seria totalmente contraditório com seu sentido mais profundo entender a vocação de “Irmão” como algo privativo de um grupo de cristãos. Mas um eixo tão essencial como esse não merecerá apenas que alguém o recorde permanentemente com sua vida no seio da comunidade cristã e seja, além do mais, um sinal para a sociedade?

Encarnar a vocação de “Irmão” é sentir-se chamado a converter a própria existência em testemunho eloquente daquilo que somos por essência: “Irmãos”. Isso é tão determinante da condição humana que explicitá-lo não deveria precisar de outros complementos: trata-se de “ser Irmão” e nada mais. Devolver o sentido à “vocação de Irmão”, sem outros complementos, seria coerente com as inquietudes de Jesus por recuperar o valor genuíno das palavras e de agir de acordo com elas. Todos somos chamados a viver a fraternidade em tudo o que fazemos, de modo que, se dialogarmos, nosso diálogo seja “fraterno”, e, se nos corrigirmos, nossa correção seja “fraterna”. Mas alguns se sentem chamados a substantivar o adjetivo e, com sua vida, pretendem ser sinal,

não só de viver “fraternalmente”, senão de viver “a fraternidade”. Que significa essa mudança de matiz?

2. Alargar a visão para superar novas fronteiras (II)

Ser memória viva da fraternidade, sempre tão frágil e ameaçada, oferece-nos um horizonte estimulante para entender a vocação de “Irmão” num mundo onde o “global” apresenta-se como sinônimo de “fraterno” e, contudo, costuma gerar novas exclusões: o isolamento terminológico, *bullying* virtual, o analfabetismo digital, a aparência enganosa, a fraude relacional!... Ao adquirir consciência global, tornaram-se mais evidentes algumas divisões, que antes podíamos ignorar por serem longínquas.

O relato de Caim e Abel (Gn 4,1-16) revela-nos que a fraternidade está inscrita em nosso DNA mais genuíno. Desde a origem, somos chamados a ser “irmãos”; no entanto, não é algo que nos seja dado de antemão (no Antigo Testamento, os “irmãos de sangue” gêmeos costumavam rivalizar desde o ventre materno). A fraternidade constrói-se avançando no sentido contrário ao que nos empurra a parte caída de nossa natureza (inveja, autoafirmação, domínio, temor ao diferente, exclusão progressiva, em nome de relacionamentos, como novo e urgente paradigma, desde o que reinterpreta a missão – cf. Conferência sobre Missão Mundial e Evangelização, organizada pelo Conselho Mundial das Igrejas, Atenas, 2005). Converter-se em “expertos do diálogo”, “construtores da reconciliação”, teria pleno sentido para os que querem ser boa notícia da fraternidade num mundo tão dilacerado pelas divisões e fraturas de todo nível.

Inerente à vocação de “Irmão” seria a atitude de estar sempre a caminho, disposto a identificar e superar aquelas novas fronteiras que, no horizonte, parecem delimitar o mal e que, contudo, não são mais que barreiras para proteger-nos da diferença que suspeitamos perceber como ameaçadora. “Ser Irmão” não é, portanto, um título, um fato, um estado, uma tarefa, um desafio, um caminho, um projeto que se constrói cada vez que se supera um desses limites

aparentemente infranqueáveis (recordemos aqui o que significou para Francisco de Assis aquele beijo em um leproso).

3. Sem medo das “perguntas impertinentes” (II)

Essa atitude no pessoal também tem sua aparição no comunitário, eclesial e social. A “vocação de Irmão” encarna um compromisso por desmascarar essas fronteiras que ameaçam ou atazanam nossas relações comunitárias, eclesiais e sociais. Seja qual for a delimitação que tenhamos feito (por razão da lei, pecado, estilo de vida, ideologia, credo, cultura ou economia...), o “Irmão”, por vocação, poderia encarnar a “pergunta impertinente”, isto é: questionar, em última instância, a justificação de tal fronteira e, com sua vida, construir relacionamentos fraternais, “analógicos”, se, por qualquer impedimento, não for possível superá-lo e diluir essa fronteira. Essa atitude converte a vida do “Irmão” em memória viva da fraternidade, não só por seus votos públicos, mas porque encarna essa vocação, no dia a dia, com ações concretas que a fazem histórica e tangível no seio de sua comunidade, da Igreja e da sociedade (cf. a conferência de H. Emili Turú no III Simpósio do ITVR, “Religiosos Irmãos Hoje”, Madrid, 2010, onde propõe um conjunto de vanguardas nas que o Religioso Irmão pode comprometer-se como expressão do sentido profundo de sua vocação).

Para assumir essa atitude “questionadora” não é preciso ter alternativa ou solução à fratura detectada. Manter viva a pergunta nas consciências é o caminho para que alguém, algum dia, dê com a solução. É assim que o “Irmão”, por vocação, converte-se num infatigável explorador de novos espaços, de novas propostas, descobridor de um novo modo de ser e de existir, mais coerente com o coração de Deus e com o sonho de seu plano criador.

O que vive a fraternidade como vocação específica compartilha essas atitudes e ações com todos os cristãos que tomaram consciência de sua identidade de irmão em Cristo. Contudo, sua especificidade está na “centralidade” (localização-espaço), “perseverança”, (duração-tempo) e “tenacidade” (resistência-modo); testemunhar com sua vida essa

busca constante, permanente, sem deixar que outros centros de interesse desviem-no do foco fundamental, que define a identidade de sua vocação. Ao redor desse eixo, certamente, poderá integrar os outros elementos que podem aparecer na sua vida, dando, assim, uma tonalidade especial à sua vivência da fraternidade.

4. Além das palavras: os gestos parabólicos (II)

Outra especificidade da vocação de “Irmão” poderia ser a de explicitar a fraternidade não só com “atividades razoáveis” para restaurar as fraturas e construir pontes (como todo cristão deveria fazer), mas a de exemplificar essas atitudes e ações em “gestos parabólicos”.

A vida de Jesus oferece um arsenal de recursos nesse sentido. O “exagero das parábolas” tem funções didáticas, testemunhais e reveladoras do que Deus sonhou para todos e para sempre, mas devido ao seu caráter de “expressão excepcional” é assumido só por alguns que se sentem chamados a encarná-lo na sua vida ordinária; o conteúdo que aponta essa “expressão” é de todos e para todos.

A codificação tradicional da Vida Religiosa vem associada a um conjunto de “gestos” que efetivamente fogem do comum e pretendem ser expressão desse algo mais que Deus está preparando para completar a história. Contudo, vida em comum, oração comunitária, pública e diária, renúncia a dispor do próprio salário, comunhão de bens, o celibato, o discernimento compartilhado, a meditação da alteridade na tomada de decisões, a vida itinerante praticada como mobilidade trabalhista e disponibilidade missionária, a convivência com quem a gente não elegeu, a predisposição para assumir e conviver com diferentes culturas, idades, raças e origens familiares não parece muito eloquente. Tudo isso perdeu cor, odor e sabor. O ritualismo institucional e profissional está jogando contra. Urge despertar nossa criatividade para devolver o sabor ao sal (Mc 9,50), recriando e ressignificando esses poderosos gestos das parábolas. A chave possivelmente não esteja tanto em modificar regras e constituições oficiais, mas em nível local (comunitário e

peçoal), onde a realidade e a presença ordinárias das comunidades possam dar-se em um leque extraordinariamente rico de sinais que visualizem, com força, o conteúdo aos que apontam todas essas expressões clássicas.

Contudo, esses “gestos” tradicionais da Vida Religiosa não esgotam todas as possibilidades. Hoje, mais do que nunca, a vocação de “Irmão Religioso” precisa gerar novas expressões parabólicas que sublinhem algum dos aspectos dessa opção de vida e apontem para algum dos desenvolvimentos de sua missão. Essa necessidade orienta-se a reabilitar seu significado diante da Igreja e perante a sociedade, mas, primariamente, diante da própria consciência dos que assumiram essa vocação e seguem comprometidos com ela. Os âmbitos da mesa “comensalidade” e do equilíbrio psicofísico foram os que mais estimularam a criatividade de Jesus, segundo os Evangelhos. Junto a esses âmbitos, também outros poderiam ser, hoje, inspiradores para a criação de novas parábolas. Por pequenos e insignificantes que pareçam esses sinais, não podemos renunciar a eles; a práxis abrir-nos-á novas possibilidades, que permaneceriam fechadas se nunca nos arriscássemos a experimentá-las.

5. Compromisso histórico e transcendência (II)

De entrada, devemos constatar que a presença massiva de Religiosos ordenados (sacerdotes) supõe certa dificuldade para a compreensão da vocação do Religioso leigo em si mesma e não como dependente do ministério sacerdotal. Não estão tão longe os tempos em que os Irmãos leigos eram, praticamente, “funcionários” dos clérigos; essa situação era justificada pela sua incapacidade para os estudos eclesíasticos. Na medida em que tal concepção foi sendo superada, também se deu a tendência de “clericalizar” os Irmãos, os quais, em mais de uma ocasião, se sentiam mais reconhecidos e justificados na medida em que assumiam papéis associados aos clérigos, normalmente em torno do culto, liturgia ou celebração dos sacramentos.

Contudo, os fundadores dos Institutos laicais (até mesmo São Bento e São Francisco) pensavam num gênero de vida

que se explicasse por si mesmo, sem referência ao ministério ordenado. Esse gênero de vida associava-se à vivência de algum aspecto evangélico fundamental e, como tal, patrimônio de todo o Povo de Deus, mas praticado com certo radicalismo e acentuando “parabolicamente” com o fim de deixá-lo bem patente no seio da Igreja. Já tratamos deste assunto.

Tradicionalmente, tanto nas Ordens clássicas como nos recentes Institutos laicais, observamos que a encarnação histórica desse traço evangélico costuma veicular-se através da aceitação de trabalhos seculares. No mosteiro, esses trabalhos eram múltiplos e costumavam ser domésticos, a serviço da comunidade; nos Institutos laicais, alcançam uma importância tão relevante que formam parte de sua definição carismática. Para uns é a educação, para outros a saúde, caridade com os anciãos ou meninos e mulheres em situação de abandono... Ou, ainda, diversas combinações de tudo isso, sempre com uma clara finalidade assistencial. O que no passado foi altamente atrativo e inspirador, especialmente nos últimos séculos da Vida Religiosa, hoje perdeu relevância e entrou em crise. Faz poucos anos, a pergunta era: por que os monges não assumem um serviço social como fazem Religiosos de vida ativa? Hoje muitos se perguntam: para que ser Religioso (de vida ativa) podendo fazer o mesmo, e até melhor, sem sê-lo? A assunção dessas tarefas por parte da sociedade civil e a intensa profissionalização desses serviços assistenciais supõem um desafio, especialmente dramático, no caso do Irmão Religioso que consagrou sua vida a essas tarefas. Ante essa crise, o Religioso clérigo refugia-se nas funções que dependem do sacerdócio, mas o Religioso Irmão fica na intempérie, fortemente interpelado por uma secularização cada vez maior ou pela busca ansiosa por delimitar espaços próprios, habitualmente vinculados a tarefas eclesiais, que se percebem “análogas” às clericais. Então se reclama o espaço da pastoral, da catequese, ou da orientação pessoal, ou equivalente, como lugares reservados aos Religiosos, para, assim, salvar também sua identidade. De certa forma, é uma nova maneira de radicalismo e logo

se descobre um desajustamento nos leigos comprometidos, que podem ocupar, com igual dignidade e propriedade, esses espaços. Como superar essa situação asfixiante?

De acordo com a narrativa feita, haveria talvez de superar o sentido sagrado do secular, tal como o viveram todos os nossos fundadores, que propunham um serviço assistencial não por puro assistencialismo ou profissionalismo, mas como caminho de entrega pessoal a Deus, em resposta às urgentes necessidades do momento. Para muitíssimos de nossos Irmãos, a tarefa secular da educação, da saúde, da hospitalidade tem sido fonte de profunda espiritualidade e entrega a Deus sem ter de recorrer ao exercício de tarefas “eclesiásticas”. Não deveríamos deter a ansiedade por definir áreas ou tarefas próprias e, em troca, redescobrir a transcendência do profano, o sentido sagrado da atividade secular e o caráter “ministerial” de toda profissão vivida no sentido cristão? Vendo desse modo, as tarefas seculares do Irmão Religioso seriam expressões da atividade místico-profética, que Jesus desenvolveu durante seu ministério público e, por isso, teriam um caráter genuinamente “diaconal”, ou, diríamos, uma liturgia cristã.

O sentido transcendente da atividade profissional não é algo reservado aos Irmãos Religiosos. Os leigos também são chamados a viver e comprometer-se, no mundo, com essa consciência e com essa mística. Contudo, todos os leigos participam no culto para explicitar e celebrar o dom de Deus atuante em sua vida. Ao mesmo tempo, na comunidade cristã dispomos de certos ministérios que assumem o serviço litúrgico e, nessa função a que se consagraram, representam a presença viva do Ressuscitado no âmbito secular. Não caberia perguntar-se pela possibilidade de um ministério cristão que assuma o desenvolvimento de suas tarefas profissionais como expressão existencial da presença do Ressuscitado no âmbito secular? Se o culto, que é para toda a comunidade cristã, tem ministérios específicos, por que não imaginar “ministérios específicos” no âmbito do compromisso secular? Um ministério a serviço da atividade profissional vivida em chave cristã e como expressão de sua

dimensão transcendente. Ainda que nunca ninguém defina oficialmente esse “ministério”, algo impede que o Irmão Religioso o viva e o testemunhe assim?

6. Uma missão, distintas modalidades, muitas tarefas... (II)

Muitos textos expressaram que a Vida Religiosa nasceu “laical” e que, em consequência, os Religiosos Irmãos representam o mais genuíno dessa vocação. Não são esses os que deveriam estar continuamente justificando o fundamento e a oportunidade de sua vocação, mas, pelo contrário, deveriam ser os Religiosos clérigos os que não deveriam deixar de perguntar-se como se combina harmonicamente o ser Religioso e clérigo ao mesmo tempo. Deixamos isso de lado porque já foi longamente tratado noutros lugares. Também não queremos cair na revanche de alimentar a tendência contrária; tão ruim seria o “clericalismo” (tendência a concentrar tudo nas mãos do clero) como o “anticlericalismo religioso”, que gostaria de vetar o acesso à Vida Religiosa para quem abraça o ministério sacerdotal. Reconhecendo a legitimidade dos que vivem a Vida Religiosa a partir de seu sacerdócio ministerial, queremos abordar a especificidade da vocação do Irmão Religioso ou do Religioso leigo à luz do que o Evangelho narrou-nos anteriormente.

A modalidade do seguimento itinerante de Jesus tem sido herdada, tradicionalmente, pela Vida Religiosa e pela sacerdotal, em qualquer das suas formas (também monacal). A “itinerância” está intimamente associada não só à “missão” de Jesus (da qual participam todos os cristãos), mas especialmente ao modo como a desenvolveu historicamente através do seu “ministério” (do qual participam os ministérios eclesiais). Esse traço da “itinerância ministerial” ou “ministério itinerante” poderia desenvolver-se através de uma “teologia fundamental do ministério”, em sentido amplo, que abraçaria o serviço da comunidade cristã em sua vertente litúrgica (palavra-Eucaristia) e secular (compromisso histórico-profissional). A partir daí, caberia explicar a especificidade do ministério sacerdotal e do ministério “laical”, com suas

múltiplas e sucessivas inter-relações, dado que mutuamente se iluminam.

Ainda que os ministérios “sacerdotal” e “laical” estejam associados, respectivamente, à vertente “litúrgica e secular” do ministério de Jesus, isto não lhes impede implicar-se na vertente que lhes é complementar e que se refere a seu próprio ministério. Assim, por exemplo, a catequese ou a evangelização explícita são ministérios da Palavra derivada da vertente litúrgica, que, contudo, estão à disposição de qualquer cristão. Por outro lado, temos sacerdotes comprometidos ativamente com alguma causa histórica ou labor profissional, que são espaços próprios do âmbito secular. Na prática missionária dos novos movimentos, também os leigos assumem formas de vida itinerante, tanto ou mais comprometidas do que as desempenhadas tradicionalmente por Religiosos e sacerdotes. Portanto, “ministério laical” e “itinerância” são traços da vocação do Irmão Religioso, mas não definitivos nem exclusivos, já que também outros podem assumi-los com a mesma propriedade.

Finalmente, passamos ao último registro da identidade do Irmão Religioso: o celibato. Esse elemento está claramente fundado na mesma tradição evangélica em que Jesus declara a causa do Reino como razão para que alguns renunciem ao matrimônio (Mt 19,12). Vale a pena sublinhar as duas características dessa declaração: Jesus associa-as só à “causa do Reino” e a nada mais (nenhuma função, estilo de vida, ministério, condição pessoal, vida em comum), e é adequado só para um grupo (explicitamente, não é algo para todos).

Aqui temos, pois, outro elemento específico da vocação do Irmão Religioso, mesmo que não exclusivo (também os sacerdotes o assumem). Se a causa do Reino leva a assumir essa opção, não estamos apenas diante de algo “funcional”, senão intimamente comprometidos para definir a identidade pessoal; estamos diante da dimensão de uma “consagração existencial”, de onde pode surgir um tipo “parabólico” de fraternidade, além de iluminar todas as relações pessoais desde essa opção que, necessariamente, deve afetá-la.

Também esse é um elemento amplamente desenvolvido noutros lugares.

Ainda que, na Igreja, o celibato seja algo relevante e estimado, não devemos fechar os olhos à percepção generalizada que hoje tem a sociedade ocidental. Os “gestos parabólicos” deveriam provocar, mas deveriam ser eloquentes por si mesmos, e não parece que isso esteja acontecendo. Ao celibato se lhe atribui um significado confuso, relíquia do passado, certamente pouco determinante para julgar a “qualidade pessoal” de alguém e, às vezes, algo inquietante, senão desfavorável. Quando algo precisa de apologia e de justificação demais, é porque perdeu o poder de inspiração e tende a fechar-se em regras e costumes rotineiros. Talvez, mais do que nenhum outro gesto, urge “reaplicar” essa opção pelo Reino, e a experiência desaconselha insistir e multiplicar panegíricos. Costumam provocar ainda mais desconfiança e resistências. Também não é uma questão só intelectual ou teológica. Uma possibilidade é dar com outro “gesto parabólico” altamente significativo por si mesmo, com o que poder associar a opção do celibato, e a força impetuosa do primeiro que possa rebocar o segundo até a superfície do universo significativo ocidental. Talvez exista alguma oportunidade no desenvolvimento de novas formas de vida fraterna alternativa ou em modalidades altamente “parabólicas” de vida em comum. Temos um desafio evidente que justifica o final de todas as considerações já sugeridas.

Recapitulando, pois, recorro os quatro elementos que, nestas conclusões bíblico-teológicas, foram apresentados para definir a identidade do Irmão Religioso hoje: celibato e fraternidade, ministério laical e itinerância. Nenhum deles é definitivo nem exclusivo por si mesmo, ainda que todos pareçam determinantes e mutuamente dependentes para a configuração desse perfil vocacional. Em cada um desses quatro aspectos, intentamos abrir alguma porta; agora fica pendente explorar, a partir da reflexão teológica, mas também da prática pastoral e, sobretudo, da vivência espiritual, o espaço que se abre atrás para franquear esses umbrais.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Todos somos chamados a viver a fraternidade em tudo o que fazemos. Os Irmãos Religiosos, entretanto, sentem-se chamados a substantivar o adjetivo e, com sua vida, pretendem ser sinal não só de viver “fraternalmente”, senão de viver “a fraternidade”. De que maneira encaramos essa diferenciação?
2. Hoje em dia o Religioso Irmão é fortemente interpelado por uma secularização cada vez maior, onde a sua missão como leigo é questionada. Como superar essa situação asfixiante?
3. A codificação tradicional da Vida Religiosa vem associada a um conjunto de “gestos” que efetivamente fogem do comum, mas parece que já não atraem mais. Como podemos apresentar hoje a vocação do Irmão de modo a suscitar vocações?

Corporeidade e negritude: iluminações a partir da Teologia Afro-americana

MAICON DONIZETE ANDRADE SILVA, FMS*

“Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

(Boaventura de Souza Santos)

Introdução

O presente artigo é fruto de uma caminhada de reflexão e militância em torno do tema da construção da identidade afrodescendente. O mesmo nasce a partir de uma percepção quanto à necessidade de provocar a sociedade, a Igreja e a própria Vida Religiosa Consagrada para um aprofundamento na reflexão sobre a problemática afrodescendente, procurando gerar espaços de discussão e formação que favoreçam a conscientização quanto à dignidade da pessoa humana e o respeito à riqueza que a diversidade étnico-racial propicia-nos.

Diante de tantos desafios que nos apresenta o contexto atual, torna-se fundamental cultivar uma consciência humanizadora que nos faça capazes de construir relações pautadas pelo cuidado e o respeito para com o outro. No desejo de apontar algumas pistas de reflexão sobre corporeidade e negritude a partir da Teologia Afro-americana, apresentaremos elementos que nos possibilitam perceber como esse viés teológico tornou-se um eixo iluminador para a reflexão sobre o valor e a dignidade do povo negro.

No decurso da reflexão, trabalharemos a partir de três vias temáticas fundamentais: 1. Teologia Afro-americana; 2. Corporeidade: ser e estar no mundo; e 3. Negritude: o

* **Irmão Maicon Donizete Andrade Silva** é marista, formado em Teologia com ênfase na Gestão Pastoral pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), em Belo Horizonte-MG. É membro do Grupo de Religiosos Negros e Indígenas (GRENI) e militante da Pastoral Afro-brasileira.

despertar de uma consciência. A Teologia Afro-americana será nosso pano de fundo e, a partir dela, abordaremos os conceitos de corporeidade e negritude, num desejo de trazer à tona a importância de resgatar e fortalecer uma cultura de valorização do corpo, da história, das raízes e da cultura dos povos afrodescendentes, caminho necessário para um fortalecimento de sua identidade.

Teologia Afro-americana

Da teologia às teologias: o desabrochar de um novo modo de pensar Deus

O ser humano, como ser social e de relações, sempre teve sua existência marcada por uma busca incessante por compreender a razão de seu existir. É em meio a essa caminhada de busca que nasce a experiência de fé num Deus que se revela à humanidade, dá sentido à vida e constrói caminho junto a seu povo.

A teologia nada mais é do que a busca do ser humano por entender-se a si mesmo e dar razão ao seu existir. É uma reflexão sistemática sobre a experiência da fé vivida numa realidade concreta e de como, nela e através dela, Deus se revela. É dessa forma que a teologia propõe-se ser um “discurso sobre Deus”, como princípio e fonte de toda vida. Dele tudo parte e a ele tudo tende a retornar. Por isso, fazer teologia significa adentrar na realidade humana, com suas certezas e dúvidas, seus encontros e desencontros e, a partir disso, relacionar e perceber, à luz da experiência de fé, como Deus se revela na história.

O contexto plural e diverso em que nos encontramos lança à teologia um desafio: como elaborar um discurso teológico que fale à vida das pessoas a partir de sua própria realidade concreta? Não mais como uma simples reprodução de conceitos elaborados desde a lógica de dominação das classes dominantes, mas respeitando a realidade própria de cada pessoa humana. Por exemplo: como falar de Deus aos povos indígenas e sua relação com a natureza, aos povos

negros e sua luta contra o preconceito e por igualdade e às mulheres marginalizadas e sua luta por dignidade?

Tais questionamentos indicam a necessidade de superarmos uma teologia estática e cristalizada para assumirmos uma teologia verdadeiramente encarnada, que busca responder de forma concreta aos diferentes contextos e seus desafios. Nesse processo desenvolvem-se os chamados “ênfoques teológicos”, através dos quais a teologia passa a atuar como um verdadeiro luzeiro que ilumina as realidades e suas especificidades, buscando compreender a revelação de Deus na diversidade que compreende a vida humana.

Como enfoque teológico embasado na realidade própria dos povos negros, a Teologia Negra e Afro-americana deseja tecer uma reflexão sobre a revelação de Deus a partir do contexto de luta e resistência do povo negro, marcado pela escravidão histórica e uma identidade desrespeitada pelos sistemas de dominação da sociedade embranquecida. Isso significa dizer que há uma diferença muito grande entre fazer teologia desde a Casa Grande ou desde a Senzala. O lugar de onde refletimos tende a definir nossa concepção de Deus e a causa por nós assumida.

A Teologia da Libertação como chão fértil para o florescimento de uma Teologia Afro-americana

Muitas foram as formas de pensar teologia surgidas no desejo de ser uma luz diante de tantos desafios apresentados pela realidade. Nessa perspectiva, a Teologia da Libertação constituiu-se como um novo modo de refletir sobre Deus, buscando colocar a vida em primeiro plano e interpretar a realidade à luz da fé. Sua compreensão sempre procurou partir da realidade concreta da pessoa humana e, diante de tantos desafios que a marcam, quis ser sinal de esperança e resposta aos anseios mais profundos do ser humano.

Especialmente no contexto latino-americano, muitos teólogos – católicos e protestantes – assumiram a libertação como um verdadeiro paradigma do seu fazer teológico. Uma destacável característica dessa teologia é considerar o

pobre não um objeto de caridade, mas sujeito de sua própria libertação. Isso expressa seu compromisso com a transformação social, iluminando a fé e a luta dos povos historicamente marginalizados.

É a partir dessa realidade que a Teologia da Libertação surge como um solo fértil para o germinar de uma Teologia Afro-americana. Tendo como base a semente de libertação do Evangelho, essa teologia corporifica-se a partir do desejo de restabelecer a dignidade ferida dos povos afrodescendentes. Ao reconhecermos a dura realidade de escravidão sofrida pelos povos negros e sua herança histórica de exclusão, percebemos que isso significou uma verdadeira negação de direitos, algo que se estende até os nossos dias.

A Teologia Afro-americana ressalta a questão da realidade negada, ou seja: o pecado social cometido pelas autoridades, tanto civis quanto eclesiásticas, ao longo da história. Para os negros, o pecado tem nome: escravidão, racismo, discriminação, marginalização, exclusão, preconceito. Na consciência histórica dos afrodescendentes, pecar é escravizar. A escravidão é pecado porque significou a negação do outro através do seu aprisionamento. O negro não era considerado o outro. Ele era o não ser, ou o ser negado. Nesse sentido, negar o outro é negar Deus presente no outro.

Esta teologia está preocupada com o resgate da dignidade da comunidade negra, também criada à imagem e semelhança de Deus. E, portanto, vem fortalecer as lutas de combate ao racismo e toda forma de discriminação que atenta contra a vida desta comunidade. Ainda está voltada para a reconstrução da história do povo negro como elemento fundamental para recobrar a identidade negra reconhecendo que o processo de colonização e evangelização foi um atentado contra a identidade dos povos negros e indígenas... A história passa a ocupar lugar de destaque na reflexão teológica enegrecida. Deus age na história do povo negro, portanto age também na história do negro. Onde esteve Deus na história deste povo? Quais os sinais da presença do Deus da vida agindo na história do povo negro?¹

1. ROCHA, J. G. da. *Teologia e negritude: um estudo sobre os agentes de pastoral negros*. Santa Maria: Pallotti, 1998. p. 137.

Mostrar que Deus age na história do povo negro é mostrar o sentido profundo de dizer que toda teologia libertária possui uma dimensão utópica, pois deseja superar a realidade de sofrimento, apontando horizontes de esperança. Isso, no contexto afrodescendente, significa um pensar teológico iluminador para o cotidiano e a caminhada de fé do povo negro. Essa é a utopia que permite ao ser humano dar passos rumo àquilo que Jesus nos apontou como as promessas do Reino definitivo.

Teologia Afro-americana: o alvorecer de um pensar teológico afrodescendente

Toda teologia brota de uma experiência de fé que é vivenciada, sentida, interpretada, compreendida e só então sistematizada, ou seja: a teologia é algo que brota da vida concreta, à luz de uma experiência de fé profunda que reconhece a ação de Deus presente na história humana. É dessa perspectiva que nasce a Teologia Afro-americana, como um progressivo despertar de consciência do povo afrodescendente com relação à sua história, sua dignidade enquanto pessoa humana e sua identidade.

Como “teologia libertadora”, a teologia negra parte da história da experiência concreta de opressão-libertação do povo negro: deportação da mãe África, redução à condição subumana de escravo (sujeito à compra e venda, em dependência do “senhor” branco), tentativas de libertação e criação de espaços alternativos (quilombos), práticas de resistência, racismo efetivo que cria e alimenta mecanismos discriminatórios e lutas pelas conquistas sociais dos negros e reconhecimento de sua identidade. A luta dos negros inclui elementos políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos. Quando a “questão negra” é assumida em nível de fé, suscita a pergunta: como ser, total e plenamente, negro e cristão?²

A partir da vida concreta do povo negro, uma pergunta é-nos apresentada: como ser cristão sem deixar de ser negro? Um desafio que a Teologia Afro-americana apresenta-nos

2. LIBANIO, J. B.; MURAD, A. *Introdução à teologia; perfil, enfoques e tarefas*. 2. ed. São Paulo: Loyola: 1998. p. 259.

está exatamente em articular uma reflexão teológica comprometida com a realidade afrodescendente, superando todos os estereótipos próprios do Cristianismo branco, historicamente moldado a partir do imaginário europeu e sua lógica colonialista.

Isso significa assumir a consciência de que ser cristão não significa negar-se a si mesmo para afirmar-se como um outro, mas significa a plena afirmação de si mesmo, sua história, identidade e dignidade de pessoa. Na ótica da Teologia Afro-americana, significa afirmar-se, enquanto “negro cristão”, uma pessoa querida e amada por Deus, com uma herança histórica marcada pela luta e pela resistência.

Desenvolvida a partir de meados da década de 1960, sobretudo no Zaire [atual República Democrática do Congo], a Teologia Negra expandiu-se por várias partes do mundo, influenciando diretamente movimentos de luta em favor dos direitos do povo negro. Vale destacar que o grande salto na reflexão afrodescendente deve-se à contribuição do teólogo negro protestante James Cone. Considerado o pai da Teologia Negra, elaborou uma teologia provocativa que questionou a forma tradicional de compreender Deus e propôs uma inculturação da mensagem cristã na realidade dos povos negros. De forma incisiva, Cone demonstrou como a teologia clássica carregou em sua ação evangelizadora a ideologia dominante dos povos europeus, ou seja: propagou um certo “Evangelho de colonização”, o que serviu como instrumento de legitimação da opressão praticada pelas classes dominantes. (a)-2d[s (c)-8.o pr-16.5(h0-2(g)-35(i)10(v)35(t).5.6(a)-25.1-0.033 4.5(r)

Corporeidade: ser e estar no mundo

Ser humano: um projeto infinito

A antropologia, enquanto ciência voltada para uma compreensão do ser humano e o seu envoltório de relações, ajuda-nos a perceber o homem como um ser essencialmente sociocultural, ou seja: um ser em interação que necessariamente se faz com o outro. É somente através do outro que nos afirmamos como indivíduos e sujeitos, portadores de uma identidade.

Como ser histórico, o homem é um ser inconcluso, está em pleno processo de humanização e desenvolvimento. Por isso encontra-se aberto ao futuro. Da mesma forma que o cosmo vive uma dinamicidade evolutiva, o ser humano também se encontra em plena evolução de si mesmo. Nessa perspectiva, mundo e ser humano estão intimamente articulados.

Estamos sempre nos projetando para fora, construindo nosso ser. O ser humano é um ser nunca pronto. Nessa experiência emerge aquilo que somos, seres de imanência e de transcendência, como dimensões de um único ser humano, dimensões de uma única realidade que somos nós... Possuímos essa dimensão de abertura, de romper barreiras, de superar interditos, de ir além de todos os limites. É isso que chamamos de transcendência. Essa é uma estrutura de base do ser humano.³

Essa dimensão transcendental faz-nos conscientes de que o destino humano está para além da realidade comum, mas encontra-se na sua índole de ser destinado ao infinito e à vida plena. É essa dimensão transcendental da existência humana que Leonardo Boff bem sintetiza: “[...] creio que a transcendência é talvez o desafio mais secreto e escondido do ser humano [...] Numa palavra, eu diria que o ser humano é um projeto infinito” (*Tempo de transcendência*;... p. 22).

A corporeidade como “lugar” da realização humana

Como pessoa humana, somos seres de relação e “seres em relação”. Toda relação só se torna possível através do

3. BOFF, L. *Tempo de transcendência*; o ser humano como um projeto infinito. São Paulo: Sextante, 2000. p. 26.

nosso corpo, ou seja: a relação parte do encontro de corpos que se expressam e autocomunicam. A base de nosso ser é o corpo e é através dele que nos manifestamos como seres humanos presentes em meio à realidade. É através dele que nos tornamos pessoas e nos afirmamos como sujeitos portadores de identidade e consciência. Isso é o que chamamos corporeidade, ou seja: nosso modo de relacionar-nos com o meio e, assim, nossa forma de ser e estar no mundo.

[...] o ser humano não *tem* corpo (não é um objeto que possa ser possuído), mas *é* corpo (dimensão básica da pessoa humana). É pelo corpo que o humano se expressa, se faz presente e se comunica aos outros seres humanos. É pelo corpo que o ser humano intervém no mundo das coisas, transformando-o e criando cultura. E o fazemos com as características próprias de nossa individualidade: fisionomia, estatura, história pessoal, talentos, limites, fraquezas, enfim, com os elementos que formam a nossa personalidade. O corpo é, dessa forma, nossa mensagem mais visível para nossos semelhantes.⁴

De todas as religiões, o Cristianismo talvez seja aquela que mais explorou e imbuu-se do sentido da corporeidade. Professamos nossa fé num Deus que se faz corpo e traz como promessa a ressurreição, também fundamentada no ressuscitar do corpo. Nisso constatamos que todo o mistério da salvação protagonizado por Jesus fundamenta-se a partir da corporeidade que envolve o ser humano.

Jesus, ao longo de toda a sua vida, desde a encarnação até a ressurreição, foi profundamente corporal. Sua corporeidade sinaliza a realidade plena à qual o ser humano está destinado. Isso significa tomar consciência de que, mais do que ter um corpo, nós “somos um corpo”. Embora às vezes desprezado e explorado pelas estruturas corrompidas da sociedade, o corpo indica-nos que somos chamados a gozar de uma liberdade única que nos torna verdadeiros dons de Deus. Sentir-se profundamente humano é reconhecer-se pessoa destinada a transmitir bênção, bondade e benevolência, ou

4. CORREIA JÚNIOR, J. L. *Corpo: uma abordagem bíblico-teológica. Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura*, ano VI, n. 27, p. 56, 2010.

seja: transmitir o próprio Deus, que se faz humano para mostrar à humanidade sua vocação divina.

É vendo Jesus enquanto homem, corpo plenamente realizado, que o ser humano percebe-se destinado à mesma realização. O corpo aqui não é mais objeto de desprezo e exclusão, mas é o lugar sagrado no qual Deus age e transforma. Jesus mostra, pela sua encarnação e ressurreição, que o corpo é o lugar privilegiado da realização humana. Nos dizeres do teólogo Pierre Teilhard de Chardin: “Em virtude da Criação, e mais ainda da Encarnação, nada é profano neste mundo, para quem sabe ver”.⁵

Uma teologia do corpo a partir do ser negro: corpos que resistem, cantam, vibram e celebram a esperança

A partir dos tantos anseios advindos do povo negro e suas lutas, torna-se importante tecer uma teologia do corpo a partir da negritude como meio de resgatar e ressignificar o seu valor enquanto pessoa humana.

Sabemos que o corpo é o modo privilegiado de manifestação do nosso ser em meio à realidade. É através dele que nos comunicamos e manifestamos a beleza do próprio Deus que nos criou à sua imagem e semelhança. Cada pessoa humana, a seu modo e com sua identidade própria, revela uma imagem de Deus, manifestado na dinamicidade da história. Por isso, partindo desse princípio sagrado, à medida que o povo negro conscientiza-se e assume a sua identidade, torna-se sinal vivo do próprio Deus que nele se manifesta.

O negro possui um jeito muito peculiar de ser e expressar-se. Sua forma de agir, falar, dançar, cantar e comunicar demonstra que há algo que o diferencia, sua individualidade. Isso não significa que o negro seja melhor ou pior que outros, mas que é possuidor de uma originalidade que lhe é própria. O mesmo poderíamos dizer com relação aos povos indígenas e ameríndios, aos povos brancos de herança europeia ou asiática.

Possuidores de uma beleza única, os negros são portadores da energia vital do axé. Sua negritude é sua forma de expressão,

5. CHARDIN, T. de. *O meio divino*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 33.

ou seja: é sua corporeidade. Em seus lábios fartos, sua pele banhada pelo sol, suas mãos fortes, seu olhar reluzente e em seu corpo imponente, é a sua negritude que se manifesta. Sua existência manifesta a pulsação de vida que brota nos pés, sobe pelas pernas, se esparrama pelos quadris, braços e explode no coração. É a vida que se expressa em magia e cores; é a vida do próprio Deus que desceu do alto, fez-se humano, fez-se negro, branco, índio e mulato, e se manifestou aos seus.

Se o próprio Deus desceu, fez-se corpo e assumiu o que há de mais profundo na realidade humana, todos nós, através desse ato divino, temos nossa dignidade de pessoa resgatada e resguardada. O teólogo James Cone bem nos lembra que, ao assumir a condição de ser humano, Jesus também assumiu as lutas e sonhos que envolvem a existência humana. Nesse sentido, Jesus fez-se negro ao tornar-se nova esperança no coração deste povo:

Sua negritude é literal no sentido de que ele verdadeiramente se tornou um com os negros oprimidos, tomando os sofrimentos deles como o seu sofrimento [...] Dizer que Cristo é negro significa que o povo negro é o povo pobre de Deus a quem Cristo veio libertar [...] Se Cristo não é negro, o Evangelho não é Boa-Nova para os oprimidos.⁶

Esses são elementos significativos que nos apontam luzes para construir uma teologia do corpo a partir do negro. Se a teologia parte da vida concreta do ser humano e de como Deus se manifesta em meio a essa realidade, vale tecer um caminho de tomada de consciência de que o Deus anunciado por Jesus revelou-se a todos os corpos sofridos, a todos os povos e a todas as culturas, a fim de restabelecer-lhes sua dignidade.

Negritude: o despertar de uma consciência

Africanidades e negritude: a construção da identidade afrodescendente

Ao pensarmos na realidade dos povos afrodescendentes, percebemos que sua existência remete-nos a dois elementos

6. CONE, J. O. *Deus dos oprimidos*. Trad. Josué Xavier. São Paulo: Paulus, 1985. p. 146-151.

fundamentais da vida humana: raiz (africanidades) e identidade (negritude). A raiz remete-nos à terra e ao solo, como lugares de cultura e aprendizado. À ideia de raiz associamos o conceito de “africanidades”, pois recorda-nos que, como povos afrodescendentes, todos carregam alguma herança (cultural e genética) do chão africano. Por isso, africanidades constituem-se como as formas diversas de expressão do ser negro e a manifestação de seus valores originários diante da vida.

A identidade está ligada à consciência e à autoafirmação como sujeito histórico. Significa o reconhecimento do ser pessoa, possuidor de nome, história e *habitat*. Só é possível falar do nosso ser pessoa (identidade) à medida que nos tornamos conscientes de onde viemos, de onde nos encontramos e de como nos afirmamos no hoje da história. Aqui associamos identidade ao conceito de “negritude”, pois este nos remete ao processo de conscientização e autoafirmação dos povos negros acerca de sua identidade.

[...] ser negra/negro implica assumir um processo de construção identitária. Em um mundo que negou o negro como ser humano, este foi levado a autonegar-se para afirmar-se. Durante muito tempo, a negação do ser negro foi assumida como caminho de reconhecimento pelos mesmos negros. Por isso a necessidade de demonstrar a ideologia do embranquecimento e buscar enegrecer-se, instalar-se no mundo como sujeito negro.⁷

Ao olharmos esses dois elementos fundamentais do nosso ser pessoa (raiz e identidade), e associando-os aos conceitos de africanidades e negritude, percebemos que essas são duas vias que convergem para o processo de construção da identidade afrodescendente. Isso nos mostra que o ser humano não nasce um ser pronto e acabado, mas é fruto de uma construção antropológica e histórica. Seu ser pessoa é construído à medida que vai assimilando as influências do seu meio e torna-se capaz de reconhecer-se enquanto sujeito que forja uma identidade própria.

7. SILVA, S. R. de L. De segredo e sagrado: revelação e teologia negra. In: TOMITA, L. E.; VIGIL, J. M.; BARROS, M. (orgs.) *Teologia latino-americana pluralista da libertação*. São Paulo: Paulinas/ASETT-EATWOT, 2006. p. 48-49.

Um dos pontos importantes neste processo para a comunidade negra é a aceitação positiva e plena da negritude, do ser “negro”. É nessa identidade que o negro se situa diante de si mesmo e dos outros. Sua humanidade passa por sua negritude. Não assumi-la é renegar-se a si mesmo.⁸

A identidade pode ser considerada como uma referência em torno da qual o indivíduo referencia-se, constrói a si e a seu mundo e desenvolve um sentido de autoria, ou seja: faz o caminho de autoconscientização, tornando-se sujeito e artífice na vivência da sua identidade. Por isso, diante da problemática do afrodescendente, faz-se necessário desenvolver uma maior valorização do seu ser pessoa e de sua identidade, principalmente em contextos sociais adversos, onde é discriminado.

A compreensão de africanidades e negritude coloca-nos diante do desafio de gestar um novo sistema social, não mais embasado na legitimação e perpetuação de sistemas de dominação de determinados grupos sociais, mas no reconhecimento da dignidade própria de cada indivíduo. Por isso é importante esse processo de autorreconhecimento e busca pela afirmação da identidade por parte dos povos afrodescendentes que, agora, passam a reconhecer-se sujeitos portadores de direitos.

Teologia Afro-americana: um horizonte teológico que nos aponta a utopia do Quilombo-Páscoa

Quando aqui buscamos trazer a Teologia Afro-americana e o povo negro, procuramos fazer um caminho de resgate da sua dignidade enquanto pessoa humana, à luz do projeto criacional de Deus e da ação tão próxima de Jesus junto aos marginalizados de seu tempo, mostrando que esses são os preferidos do Pai. Ao percebermos que Deus faz-se pobre com os pobres, excluído com excluídos e pequeno com os pequenos, tomamos consciência de que ele também se faz negro junto aos negros, verdadeiros peregrinos da esperança.

A negritude é, portanto, um lugar de revelação e encontro com Deus. Trata-se de um Deus diferente, um Deus com nosso

8. CNBB. *Campanha da Fraternidade 1988*. Texto-base, n. 92.

rosto, que esteve presente na história negra, história de sofrimento e dor, de resistência e esperança. [...] Essa é a divindade que vamos descobrindo no caminho, vivendo uma experiência e outra, olhando-nos, voltando-nos para trás, descobrindo nossas raízes, fazendo memória, recuperando a história.⁹

Ao redescobrir o seu valor como pessoa humana, o negro revisita suas raízes africanas e percebe que é fruto de uma história, construída por muitas belezas, lutas, alegrias, dores e esperanças. E, assim, conscientiza-se de que deve superar os mecanismos de exclusão da sociedade que, historicamente, o projetou na condição de inferior. Ao adquirir consciência dessa lógica que antes o diminuía, começa, agora, a autoafirmar-se enquanto pessoa, portador de dignidade e identidade. Nesse processo, começa a gestar sua negritude como caminho para a construção de uma identidade afrodescendente.

A negritude é, a um só tempo, um movimento histórico, emancipativo, social, artístico e cultural, e por que não dizer também religioso. O seu grande objetivo é a recuperação da identidade negra. O negro se dá conta de que a sua salvação não está na busca da assimilação do branco, mas sim na retomada de si, isto é, na sua afirmação cultural, moral, física e intelectual, na crença de que ele é sujeito de uma história e de uma civilização que lhe foram negadas e que precisa recuperar.¹⁰

É nessa perspectiva que a Teologia Afro-americana deseja ajudar o negro a descobrir-se como “lugar teológico”, a partir de um resgate da identidade e da construção de uma autêntica experiência de fé, enraizada nos valores das tradições cristã e africana. Perceber o negro como lugar teológico é tomar consciência de que sua história torna-se sacramento de salvação, na qual Deus está presente, fortalecendo as lutas e sustentando a esperança.

A Teologia Afro-americana convida-nos a olhar para a história com novos olhos, não mais com olhos de dor e revolta, que se prendem num passado de sofrimento, mas com olhos

9. SILVA, De segredo e sagrado: revelação e teologia negra, p. 50-51.

10. SILVA, A. A. da. Inculcação, negritude e teologia. *Convergência*, Rio de Janeiro: CRB, v. 29, n. 269, p. 35-46, jan./fev. 1994.

conscientes da realidade e capazes de transmitir o brilho da esperança. Reconhecer o passado é fazer memória e, nela, buscar luzes para a caminhada hoje, de modo que os erros cometidos no passado não mais se repitam, mas sirvam de lição para que as novas gerações tenham relações mais edificantes e sinceras do que aquelas que nós, até então, fomos capazes de construir.

A teologia negra latino-americana surge como desafio encontrado por mulheres e homens negros que buscam redescobrir sua identidade em uma sociedade discriminadora e racista. Entre essas discriminações está, também, a religiosa. [...] Redescobrir Deus tem significado, por um lado, lutar contra o racismo, recuperar a história contada na perspectiva dos povos negros, redesenhar o rosto negro, livre de preconceitos impostos pela sociedade e introjetados pelos próprios negros.¹¹

Ao trazermos à memória o que significou o Quilombo de Palmares na história de resistência do povo negro, vamos percebendo que, mais do que um lugar geográfico, Palmares tornou-se lugar simbólico e teológico de um povo. Isso significa dizer que, agora, esse se tornou um ambiente sagrado que superou as barreiras de tempo e espaço, sendo, desse modo, o paradigma de um sonho que está para além dos limites da realidade. Palmares, assim, torna-se sinal visível do Reino de Deus, símbolo da promessa de Jesus para os seus seguidores.

A utopia de se chegar ao Reino definitivo e do Quilombo-Páscoa já começa a acontecer na dura realidade da comunidade negra. O que motiva esta caminhada são as luzes que cada dia brilham no horizonte de nossa terra e de nossa história. Em cada novo grupo que surge, em cada encontro que se realiza, em cada negro(a) que descobre a sua negritude, em cada negro(a) que nasce, em cada negro(a) que aceita o desafio de levar a negritude avante, pois é por meio dessa realidade de redescoberta de nossa liberdade, de nosso jeito de ser a nossa cidadania, que a força do axé se multiplica. Para cada negro que tomba lutando pela causa da negritude, outros cinco virão, para levar à frente a nossa história, nossa cultura, nossa religião e nosso axé.¹²

11. SILVA, De segredo e sagrado: revelação e teologia negra, p. 47-48.

12. SILVA FILHO, S. T. da. Vida religiosa e negritude. *Convergência*, n. 284, p. 385, 1995.

***Questões para ajudar a leitura
individual ou o debate em comunidade***

1. A partir da leitura do texto e da sua percepção da realidade, como você avalia os espaços de reflexão e as iniciativas relacionadas às questões étnico-raciais na Igreja, na Vida Religiosa e na sociedade?
2. Em sua Congregação religiosa e/ou comunidade há preocupação em contribuir com a formação da identidade, da autoestima e do protagonismo de seus membros a partir da sua realidade étnico-racial?
3. Que iniciativas podemos empreender para gerar espaços de discussão que favoreçam a conscientização quanto à identidade afrodescendente (negritude), bem como a implementação de políticas efetivas para a superação do racismo e do preconceito?

Ponto fraco da formação: a formação dos formadores

425

GIOVANNI CIPRIANI, CP*
SOLANGE DE FÁTIMA DAMIÃO, CRSD**

Não podemos continuar brincando com a formação

Os fatos ocorridos dos abusos sexuais envolvendo crianças e adolescentes chamam a atenção sobre a formação dos nossos jovens nos seminários e conventos. Esses acontecimentos levam-nos a refletir sobre o processo formativo e sobre a preparação psicológica dos formadores, pois levar a sério a formação é o único modo para prevenir tais casos.¹

Não podemos culpar o celibato pelos casos de abusos sexuais, mas entender que os problemas afetivos e sexuais ocorrem com seres humanos, entre os quais estão incluídos sacerdotes/religiosos. Ser consagrado ou presbítero não livra o ser humano da fragilidade, do ser limitado, de tropeços e infidelidades... A graça, sim. A experiência profunda de Deus é a grande força que faz a diferença. E, claro, a dimensão humano-afetiva bem resolvida.

A causa dos abusos sexuais não é o celibato, mas o fato de que, por muito tempo, pensamos que os sacerdotes/religiosos não tivessem problemas afetivos e sexuais. Quando entendemos que eles de fato os possuíam, acreditamos que tal dimensão humano-afetiva poderia ser resolvida apenas com a oração e a prática penitencial! Uma maneira de pensar que levou a subestimar comportamentos que hoje estão sendo causa de sofrimento para tantas pessoas.

* **Giovanni Cipriani** é sacerdote religioso passionista. Doutor em Psicologia pela Universidade “La Sapienza” e em Teologia-Bioética pela Universidade Teológica Angelicum, ambas em Roma.

Endereço do autor:

Rua Mato Grosso, 932, Bairro Santa Cruz, CEP 39440-000, Janaúba-MG.

E-mail: giovcipr@terra.com.br.

** **Solange de Fátima Damião** é religiosa dominicana da Congregação Romana São Domingos.

Licenciada em Pedagogia e pós-graduada em Formação para Formadores pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), de Belo Horizonte-MG. Presidente da CRB Regional de Belo Horizonte.

Endereço da autora: Av. Olinto Meireles, 2634, Bairro Flavio Marques, CEP 30620-330, Belo Horizonte-MG.

E-mail: soladmiao@yahoo.com.br.

426

1. Cf. CREA, G. *Pedofilia e preti. Dal trauma degli abusi al bisogno di rinnovamento*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 2011.

2. PAULO VI. *Carta encíclica Sacerdotalis Caelibatus*, n. 60. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_24061967_sacerdotalis_po.html>. Cf. também: CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA (PARA OS SEMINÁRIOS E AS INSTITUIÇÕES DE ESTUDOS).

Orientações educativas para a formação ao celibato sacerdotal, n. 38. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19740411_celibato-sacerdotale_it.html>.

3. RULLA, L. M.; IMODA, F.; RIDICK, J. *Struttura psicologica e vocazione*. Torino: Marietti, 1977.

O Papa Paulo VI, na encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, a respeito das possíveis crises na vida sacerdotal, consequência de uma falta de formação integrada, escreve:

De fato, as dificuldades e os problemas que tornam para alguns penosa, ou mesmo inteiramente impossível, a observância do celibato, derivam não raro duma formação sacerdotal que, em virtude das profundas mudanças destes últimos tempos, já não é de todo adequada a formar uma personalidade digna do “homem de Deus” (1Tm 6,11).²

Os formandos de hoje

Os jovens chegam às nossas Congregações com feridas dilacerantes e com problemas afetivo-sexuais não resolvidos. Na década de 1970, o jesuíta e psicólogo Luigi M. Rulla já havia notado a presença de problemas psicológicos significativos em pessoas que almejavam o sacerdócio ou a Vida Religiosa. Em particular, notava algumas “inconsistências centrais”, que se traduzem numa discrepância entre os valores proclamados e a motivação subconsciente, especialmente por algumas variáveis de personalidade, tais como: de tipo dominador, de quem tem falta de confiança em si mesmo, de quem se justifica com frequência, de quem agride sem motivo.

Anos mais tarde, Rulla e sua equipe (1977) trabalharam sobre os mesmos sujeitos por meio de instrumentos de pesquisa do tipo projetivo, como o *Thematic Apperception Test (TAT)*, para verificar que as diferenças entre motivações conscientes e inconscientes ainda estavam intactas. Rulla concluiu que a formação recebida não tinha mudado de modo algum as dinâmicas intrapsíquicas dos candidatos, deixando inalteradas as problemáticas.³

Pesquisas conduzidas por ocasião do *Relatório* do John Jay College of Criminal Justice, de Nova York, – relatório que fala dos abusos sexuais dos padres nos EUA – indicaram que o grande fator significativo de risco, associado à identidade

sexual e ao comportamento, é uma “confusa” identidade sexual, condição que tem sido frequentemente encontrada em abusadores.⁴

Quando um jovem tem problemas psicológicos relacionados à sua identidade sexual e chega a ser ordenado, mais cedo ou mais tarde a contradição surge e pode encontrar uma válvula de escape no abuso.

As relações interpessoais estabelecidas por jovens, bem como por adultos, que vivem num estado de imaturidade emocional revelam sinais de instabilidade e precariedade psíquica. O fenômeno é agravado quando a pessoa encontra em torno de si um ambiente complacente, ou, ainda, quando convive com outros religiosos/padres ou em paróquias onde ninguém quer tomar consciência do referido problema.⁵

Como um formador pode enfrentar essas problemáticas se ele não for competente nas ciências humanas? O formador que tem um bom conhecimento das dinâmicas psicológicas da pessoa é capaz de perceber e intervir sobre delicadas questões psicoafetivas que poderão comprometer a capacidade dos futuros sacerdotes em estabelecer equilibrados relacionamentos com as pessoas confiadas ao seu cuidado pastoral.

O formador: pessoa de boa formação e de experiência

A. Rosmini, em *As cinco chagas da Santa Igreja* (1848), escreve que os padres tornaram-se pequenos, mesquinhos, acanhados, mais miseráveis, *porque eles tiveram formadores sempre mais mesquinhos.*

Hoje, também, temos de admitir que o ponto fraco da formação pode residir na formação dos formadores. Sabemos que, no período de formação, há um contínuo alternar-se de formadores: a cada três ou quatro anos muda o formador! Enquanto um Religioso pároco fica no mesmo papel e no mesmo lugar por vários anos! Por que, na formação, temos

4. JOHN JAY COLLEGE RESEARCH TEAM. *The Causes and Context of Sexual Abuse of Minors by Catholic Priests in the United States, 1950-2010*. United States Conference of Catholic Bishops, Washington, 2011. p. 64.

5. Às vezes, nos seminários está presente uma “subcultura” homossexual e heterossexual que é subestimada, pensando ser quase “normal” que os formandos tenham regular atividade sexual.

essa contínua rotatividade? Porque a formação desgasta demais e desgasta, sobretudo, quem não tem uma adequada preparação psicológica, espiritual e missionária, além da carência, muitas vezes, em outras áreas que o campo de formação exige para enfrentar e acompanhar os jovens de hoje.

Realmente, não seria tempo de pensar, refletir e buscar a pessoa adequada para colocar na formação? Pois quando se é muito jovem provavelmente ainda se esteja por almejar a própria formação. Isso é o que caracteriza de impróprio para assumir a missão de formador. Mas o tempo de colocar recém-ordenados – jovens que, talvez, não tenham resolvido, ainda, conflitos pessoais nem conseguiram uma estabilidade emocional – como formadores de outros jovens deveria acabar.

Só pessoas com experiência podem acompanhar quem se aproxima da Vida Religiosa trazendo consigo feridas e conflitos. Caso contrário, o formador será apenas um “vigia” ou um fiscalizador, mas não será o “guia” nem o “cuidador” dos jovens. Nós temos de aprender do mundo do esporte: o técnico é sempre uma pessoa de caminhada e com experiência!

A *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis* (1985) fala da missão dos formadores como a arte das artes, que não permite uma maneira de agir improvisada e casual. Sua preparação cuidadosa é absolutamente necessária na função específica da formação. A tarefa de liderar a formação de candidatos ao sacerdócio, de fato, é composta por um conjunto de características específicas, muito diferentes das exigidas em outros tipos de instituição.

E o prefeito da Congregação para o Clero assim falou aos bispos:

É intolerável que, no tempo da formação, censura-se ou enfrenta-se, apenas tangencial e superficialmente, a questão afetiva. No respeito mais rigoroso da necessária e canonicamente reconhecida distinção entre foro interno e foro externo, é necessário que a dimensão afetiva esteja colocada como assunto explícito pelos formadores/superiores do seminário. É claro que isso

implica que eles sejam pessoas emocionalmente maduras, reconciliadas consigo mesmas e com sua própria dimensão afetiva, não frustradas e, portanto, pelo menos, não tendentes a projetar nos outros os seus próprios nós não resolvidos. É necessário que eles tenham integrado os seus problemas psicoafetivos a fim de acompanhar os formandos no caminho de maturidade. Portanto, é necessário que a escolha dos formadores seja ponderada e leve em conta não só as habilidades teológicas e pastorais, mas também, e talvez acima de tudo, a maturidade psicoafetiva e o equilíbrio harmonioso de toda a pessoa.⁶

Não podemos continuar brincando com a formação dos nossos jovens.

A formação dos formadores

A formação dos formadores tem de envolver toda a sua personalidade: não só os conhecimentos técnicos, a formação cultural e as atitudes cognitivas, mas também a integridade moral, o equilíbrio mental, a capacidade de criar uma atmosfera positiva e cooperativa com os formandos e a comunidade. Vou apresentar, em síntese, algumas atitudes.

Adequada preparação psicológica

O documento sobre as competências psicológicas na formação presbiteral⁷ destaca a importância da formação psicológica para “cada formador” (nn. 3-4). Outros documentos já haviam enfatizado essa necessidade no passado.⁸

O formador, se não for um bom conhecedor de si mesmo, não saberá “formar” orientar o outro para a alteridade, para o processo de estar diante do outro sem perder-se no confronto. Se a verdade é dialógica, como afirma Emmanuel Levinas, se o rosto do outro desperta para o infinito e abre horizontes, todo esse processo de relação só será acolhido na sua profundidade se for guiado por uma pessoa equilibrada, que não se intimida nem se sente ameaçada pelo outro.⁹ Só saberá cuidar do outro quem se conhece e por isso sabe viver a relação de alteridade.

6. Cardeal Mauro Piacenza, prefeito da Congregação para o Clero, falando aos bispos, aos formadores, aos professores de Teologia e aos seminaristas da região do Piemonte (norte da Itália) no dia 10 de maio de 2011.

7. Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA (PARA OS SEMINÁRIOS E AS INSTITUIÇÕES DE ESTUDOS). *Orientações para o uso das competências psicológicas na admissão e na formação dos candidatos aos sacerdócio*, 30 de outubro de 2008.

8. Cf. CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto sobre a formação sacerdotal *Optatum Totius*, n. 11. Decreto sobre o ministério e a vida dos sacerdotes *Presbyterorum Ordinis*, n. 3. Constituição

É necessário, no entanto, que primeiro o formador aprecie e reconheça a importância de uma preparação adequada em psicologia e outras áreas que poderão possibilitar um relacionamento de qualidade com os formandos. Lembrando sempre, porém, que na formação ele é o “formador” e não o “psicólogo”!

Liberdade afetiva

É indispensável que o formador tenha conhecimento e tenha abordado adequadamente os problemas e dificuldades pessoais da sua vida emocional e sexual, alcançando a liberdade interior para o acompanhamento. Caso contrário, restará nele uma insatisfação que irá surgir de várias formas, como, por exemplo, na gestão da agressividade, na modalidade das intervenções, na tendência em amarrar os formandos a si mesmo, procurando adeptos para suas batalhas, na preferência por qualquer “favorito”, ferindo os demais.

Entusiasta

Formador, pessoa de fé e de entusiasmo. O Papa Bento XVI, falando aos educadores, convidava-os a “ter uma alegria no coração” e a “comunicá-la aos jovens para tornar bela e boa a vida”. Ser educador, continuava ele, “é oferecer razões e metas para o caminho da vida, oferecer a beleza da pessoa de Jesus e fazer com que os jovens se apaixonem por ele, pelo seu estilo de vida, pela sua liberdade, pelo seu grande amor cheio de confiança em Deus Pai”.¹⁰

O formador deve ser um homem apaixonado pela vida, pela Igreja, pela própria Congregação, pela comunidade. Só se tiver essa paixão ele conseguirá transmitir os grandes valores carismáticos da espiritualidade e da missão da Congregação. Do contrário, corre o risco de formar pessoas sem identidade e sem amor para com a própria Vida Religiosa e presbiteral. Deve motivar, despertar a confiança e a autoestima, acreditar que o jovem pode mudar, criando expectativas positivas.

pastoral sobre a Igreja no mundo atual *Gaudium et Spes*, n. 62. Decreto sobre a conveniente renovação da Vida Religiosa *Perfectae Caritatis*, n. 12. CONGRESSO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA (PARA OS SEMINÁRIOS E AS INSTITUIÇÕES DE ESTUDOS). *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 51.

9. LEVINAS, E. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 2000.

10. BENTO XVI aos jovens da ACI no encontro na Praça São Pedro, sábado, 30 de outubro de 2010.

“Educador da Igreja”

Pode parecer dispensável, mas muitos não estão atentos a este fato: o formador não fala em seu nome, mas em nome de uma Instituição da qual se sente parte e à qual serve; ele é cofundador com seu fundador. Não apresenta um projeto pessoal, mas está a serviço de um projeto comum, que é maior que os seus sonhos ou a sua restrita visão. Ele sabe que existe uma “relação íntima entre Cristo, a Palavra e a Igreja” (cf. *Verbum Domini*, n. 51) e convida os formandos a entrarem pessoalmente nessa dinâmica.

“Bom Pastor”

O formador deve falar com sua vida. Ele deve deixar-se formar por um profundo e afetivo relacionamento pessoal com o Senhor Jesus. O formador descobriu que “em Cristo o homem conhece a Deus e a si mesmo. Deus e o homem se encontram em Cristo” (cf. *Gaudium et Spes*, n. 22). Ele é um pedagogo que experimentou que “a palavra tem um rosto e a fé toma a forma de encontro com uma Pessoa à qual ele confia a própria vida” (cf. *Verbum Domini*, nn. 12 e 25). O formador é, assim, alguém que sabe que a mensagem mais importante é comunicada com a vida. É ela que dá credibilidade ao seu trabalho.

Este servo e “cuidador do dom de Deus” mostra com o seu testemunho que reconheceu a voz do Bom Pastor e o seguiu (Jo 10,27). Por isso, é capaz de ouvir, de entusiasmar, de propor metas além do comum, de dobrar-se sobre as feridas do formando. O formador é aquele que – diferente do mercenário (aquele na comunidade que fica só criticando os jovens e os despreza dispensando-os no momento em que eles mais precisam) – nunca vai abandonar seus formandos. O formador pode até não ser santo, mas tem de ser sempre humano e misericordioso.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Em que consiste a formação da Vida Religiosa e sacerdotal hoje?
2. Como colaborar com nossos jovens na dimensão humana e comunitária? Ou, ainda, no relacionamento com o povo da paróquia, a qual, futuramente, poderão assumir?
3. A partir das reflexões, individual e comunitária, sou capaz de assumir minhas atitudes, apontá-las diante da comunidade formadora e, ao mesmo tempo, pedir ajuda?